



*O Grupo BEI*



*Relatório de Actividades 2002*

# Dados-chave do Grupo BEI

(em milhões de euros)

## Banco Europeu de Investimento

### Actividades em 2002

<b>Contratos assinados</b>	<b>39 618</b>
União Europeia	33 443
Países candidatos à adesão	3 641
Países parceiros	2 534
<b>Financiamentos aprovados</b>	<b>52 824</b>
União Europeia	42 891
Países candidatos à adesão	6 589
Países parceiros	3 344
<b>Desembolsos efectuados</b>	<b>35 214</b>
Por conta de recursos próprios do BEI	35 007
Por conta de recursos orçamentais	206
<b>Recursos obtidos (após swaps)</b>	<b>38 016</b>
Em divisas comunitárias	29 165
Em divisas não comunitárias	8 851

### Situação em 31.12.2002

<b>Operações em curso</b>	
Financiamentos a cargo de recursos próprios do Banco	233 561
Garantias prestadas	466
Financiamentos a cargo de recursos orçamentais	2 590
Empréstimos obtidos a curto, médio e longo prazo	181 167
<b>Fundos próprios</b>	<b>24 615</b>
<b>Total do balanço</b>	<b>220 769</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>1 294</b>
<b>Capital subscrito</b>	<b>100 000</b>
do qual realizado	6 000

## Fundo Europeu de Investimento

### Actividades em 2002

<b>Contratos assinados</b>	<b>1 707</b>
Capital de risco (36 fundos)	472
Garantias (32 operações)	1 236

### Situação em 31.12.2002

<b>Carteira de operações</b>	<b>6 954</b>
Capital de risco (184 fundos)	2 450
Garantias (109 operações)	4 504
<b>Capital subscrito</b>	<b>2 000</b>
do qual realizado	400
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>19</b>
<b>Reservas e provisões</b>	<b>162</b>



# Índice

	<i>Páginas</i>
<b>Mensagem do Presidente</b>	<b>4</b>
<b>Âmbito de acção e perspectiva geral de 2002</b>	<b>6</b>
<b>Plano de Actividades 2003 - 2005</b>	<b>8</b>
<b>Actividades do Grupo BEI em 2002</b>	<b>10</b>
Contribuir para o desenvolvimento equilibrado da União	11
A «Iniciativa Inovação 2000»	14
Proteger o ambiente	17
Preparar os futuros Estados-membros da União	20
A nova parceria financeira euro-mediterrânica	24
Cooperar com os restantes países parceiros	26
O Grupo BEI ao serviço das PME	28
Financiar as redes transeuropeias	30
<b>Um intermediário financeiro de primeira ordem</b>	<b>32</b>
Actividade no mercado de capitais	33
O BEI nos mercados da Europa Central	38
Cooperar com o sector bancário	39
<b>Funcionamento do Grupo BEI</b>	<b>40</b>
Parceiro das instituições europeias, atento às aspirações da sociedade civil	41
A governação do BEI	44
O Comité Executivo do BEI	46
Estrutura dos serviços	47
A governação e a estrutura dos serviços do FEI	50
Funcionamento do Grupo BEI	51
Balanço sintético do Grupo BEI	52
Resultados do exercício e gestão do risco	53
BEI prepara a sua ampliação	54
<b>Projectos que podem ser financiados pelo Grupo BEI</b>	<b>55</b>
<b>Endereços do Grupo BEI</b>	<b>56</b>



## Mensagem do Presidente

**E**m 2002, o Grupo BEI empenhou-se a fundo em apoiar a realização das prioridades económicas e sociais da União numa vasta gama de sectores. Esta acção, que se traduziu num volume de financiamentos concedidos de cerca de 40 000 milhões de euros, e de fundos captados de 38 000 milhões, pautou-se pelas orientações formuladas pelos Conselhos Europeus sucessivos e pelos nossos Governadores, e consignadas no nosso «Plano de Actividades» plurianual.

Tendo presente esta base estratégica, que nos define como um «*policy driven public bank*», os Governadores decidiram aumentar o nosso capital subscrito de 100 000 para 150 000 milhões de euros a contar de 1 de Janeiro de 2003. Este aumento, que é realizado por transferência das reservas para o capital realizado - e que, por conseguinte, não pesa nas finanças públicas da União ou dos Estados-membros -, eleva o volume máximo estatutário dos nossos financiamentos para 375 000 milhões. Contando com o apoio reiterado dos seus accionistas, o Banco está assim cabalmente equipado para prosseguir as suas actividades e, em particular, promover a integração dos dez novos Estados-membros, que deverão juntar-se a nós na Primavera de 2004.

Com efeito, a decisão histórica do Conselho Europeu de Copenhaga terá um impacte profundo, quer nas instituições, quer nas políticas da União, especialmente no que se refere à coesão económica e social e à solidariedade

entre os Estados-membros. O BEI está totalmente empenhado em ajudar a União a responder a estes desafios e para o efeito, participará activamente nos debates conduzidos pela Comissão Europeia sobre as políticas de coesão e sobre as futuras redes transeuropeias.

O Banco também tem como missão contribuir para a emergência na Europa da sociedade da informação e de uma economia baseada no conhecimento, em conformidade com a estratégia adoptada em Lisboa pelo Conselho Europeu de Março de 2000. Considerando 2010 como um horizonte compatível com os objectivos fixados pelo Conselho Europeu de Barcelona de Março de 2002, o Banco lançou uma nova «Iniciativa Inovação 2010»; trata-se de uma abordagem integrada, baseada na ligação entre o desenvolvimento de conhecimentos e o mercado, e que cobre todas as fases do processo de inovação: do ensino à investigação-desenvolvimento, e à sua transformação em ganhos de produtividade e de competitividade. Entre 2003 e 2006, um novo pacote de financiamentos indicativo de 20 000 milhões de euros será consagrado à consecução dos objectivos definidos quando dos Conselhos Europeus de Lisboa e de Barcelona, nomeadamente no domínio da I&D e das respectivas aplicações em termos de criação e de difusão das tecnologias da informação e da comunicação.

A protecção e a melhoria do ambiente continuam a ser uma grande prioridade do Banco em todos os seus domí-



nios de actividade. Além de financiar projectos ambientais, para os quais em 2002 canalizou 40% dos financiamentos (ultrapassando assim largamente o objectivo de 25-33% que nos tínhamos proposto), o Banco contribui activamente para a concretização das políticas da União em matéria de ambiente e muito particularmente, no que toca à redução da emissão de gases com efeito de estufa, às energias renováveis e à iniciativa da União no domínio da água, lançada em 2002 na Cimeira de Joanesburgo.



No exterior da União, o Banco prosseguirá o seu apoio aos outros três países candidatos, no âmbito de uma cooperação reforçada decidida pelo Conselho, para acelerar a preparação destes países para a adesão.

No que toca à Bacia Mediterrânica, no Outono de 2002, na sequência do Conselho Europeu de Barcelona, foi oficialmente lançada a nova Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e de Parceria (FEMIP). Este instrumento tem como principal objectivo ajudar os países parceiros a responder aos desafios inerentes ao seu progresso económico e social e à sua integração regional, na perspectiva da criação - prevista para 2010 - da união aduaneira. Será dado um relevo especial ao desenvolvimento do sector privado e aos domínios da cooperação regional e da saúde e educação. Os países parceiros participam directamente na FEMIP, integrando o recém-criado Comité de Coordenação e de Diálogo Económico.

Quanto aos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico), o Banco preparou activamente, com a ajuda dos Estados-membros, da Comissão Europeia e dos próprios países ACP, a implementação da Facilidade de Investimento instituída pelo Acordo de Cotonou, que terá uma dotação de 2 200 milhões de euros. Juntamente com o pacote de 1 700 milhões de empréstimos a cargo de recursos próprios do Banco, previsto para os próximos cinco anos, este instrumento de financiamento «rotativo» contribuirá para a realização do objectivo-chave de redução da pobreza nestes países, favore-

cendo especialmente os investimentos privados de pequena dimensão e os projectos nos domínios da saúde e da educação.

O sentido de eficácia operacional deve inscrever-se num contexto de transparência e de responsabilidade que aproxime a nossa instituição dos cidadãos europeus, beneficiários finais das nossas actividades. Nesta confor-

midade, o BEI aprofundou durante o ano o diálogo político com o Parlamento Europeu e o Comité Económico e Social da União e, além disso, definiu uma nova política de informação e de acesso aos documentos conforme com a legislação comunitária mais avançada nesta matéria, e prosseguiu o diálogo com a sociedade civil, nomeadamente, através das ONG.

Talvez seja supérfluo lembrar que o Grupo BEI financia as suas actividades através da sua presença nos mercados de capitais de todo o mundo. A qualidade dos seus accionistas e da sua carteira de empréstimos, assim como o carácter, entre prudente e inovador, das suas políticas de captação de fundos e de financiamento, permitem que o BEI seja uma referência de nível soberano, unanimemente reconhecida pelo seu *rating* «Triplo A» em todos os mercados de capitais da União, da América e da Ásia.

Philippe Maystadt  
Presidente do Grupo BEI





# Âmbito de acção e perspectiva geral de 2002

O BEI contribui para a realização de projectos que concretizam as prioridades económicas e sociais da União, em conformidade com os seus Estatutos e com os mandatos que lhe são cometidos pelos Conselhos Europeus. Sendo um banco público, conduz a sua acção em estreita colaboração com as restantes instituições da União.

- No cumprimento da sua missão, o BEI pauta-se por dois grandes princípios: otimizar o **valor acrescentado** das operações e actuar com **transparência**: as decisões de financiamento, em particular, são tomadas com base em critérios claros, como por exemplo, o contributo de cada operação para a realização dos objectivos da União, a qualidade e a solidez de cada projecto e as vantagens financeiras que advêm do recurso a um financiamento do BEI.

Neste contexto, o Banco prosseguiu em 2002 as iniciativas conformes com as orientações formuladas pelo seu Conselho de Governadores e pelos Conselhos Europeus sucessivos:

- Prosseguimento do apoio ao desenvolvimento económico e à integração dos futuros Estados-membros (Helsínquia, Dezembro de 1999, Barcelona, Março de 2002 e Copenhaga, Dezembro de 2002);
- Desenvolvimento a longo prazo de uma economia europeia inovadora e baseada no conhecimento (Lisboa, Março de 2000, Estocolmo, Março de 2001 e Sevilha, Junho de 2002);
- Apoio ao investimento nos sectores susceptíveis de apoiar o crescimento e o emprego (Gand, Outubro de 2001);
- Relançamento da parceria financeira com os países parceiros mediterrânicos («Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e de Parceria» - FEMIP) (Barcelona, Março de 2002 e Sevilha, Junho de 2002);
- Implementação da nova «Facilidade de Investimento», destinada a favorecer o desenvolvimento do sector privado nos países ACP, em conformidade com os objectivos do Acordo de Cotonou, que deverá entrar em vigor em 2003 (Laeken, Dezembro de 2001).

As orientações estratégicas do Banco foram avalizadas pela decisão do Conselho de Governadores de aumentar o capital de 100 000 milhões para 150 000 milhões de euros. Este aumento será financiado por meio das reservas do Banco, não sendo, pois, necessário recorrer a recursos orçamentais dos Estados-membros. A contar de 1 de Janeiro de 2003, o *plafond* estatutário dos financiamentos será aumentado para 375 000 milhões de euros, o que permitirá cobrir o crescimento dos empréstimos a cargo de recursos próprios do Banco pelo menos durante mais cinco anos.



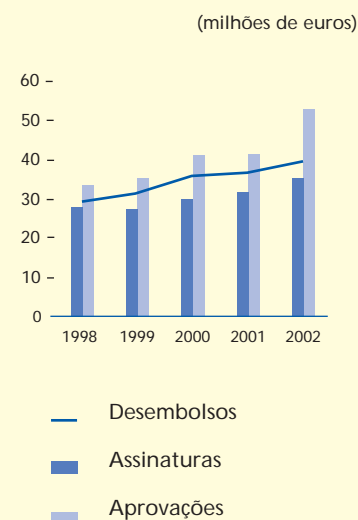
### As actividades em números <sup>(1)</sup>:

- Em 2002, o volume total de **empréstimos assinados pelo BEI** ascendeu a **39 600 milhões**, contra 36 800 milhões em 2001. Este aumento reflecte essencialmente o empenho do Banco em apoiar os países candidatos à adesão e as políticas de ajuda e de cooperação da União com países terceiros. As verbas distribuíram-se como segue:

- 33 400 milhões na União Europeia;
- 3 600 milhões nos futuros Estados-membros da Europa Central e Oriental, em Chipre e em Malta;
- 1 600 milhões nos países parceiros mediterrânicos;
- 425 milhões nos Balcãs;
- 298 milhões nos países de África, das Caraíbas e do Pacífico, e nos PTU;
- 50 milhões na África do Sul;
- 174 milhões nos países da América Latina e da Ásia.

- Os **desembolsos** ascenderam a **35 200 milhões**, sendo 60% efectuados em euros.
- A apreciação pelos serviços do Banco de cerca de 340 projectos de investimento em 2002 traduziu-se num volume de **aprovações** de **52 800 milhões**.
- Os **fundos captados**, após *swap*, cifram-se em **38 000 milhões**, tendo sido obtidos por meio de 219 emissões obrigacionistas denominadas em 14 moedas. 59% da actividade nos mercados, após *swap*, foi realizada em EUR, 21% em USD e 16,4 % em GBP.
- Em 31 de Dezembro de 2002, os **empréstimos concedidos** a cargo de recursos próprios e as garantias **em curso** cifravam-se em 234 000 milhões. Os **empréstimos contraídos em curso** ascendiam a 181 200 milhões e o total do balanço cifrava-se em **220 700 milhões**.
- Por seu turno, o **FEI** <sup>(2)</sup> manteve o apoio às actividades das PME, tomando participações em fundos de **capital de risco** no valor de cerca de **470 milhões**, e prestando **garantias** no valor de quase **1 230 milhões**.

### Desembolsos, contratos assinados e projectos aprovados pelo BEI (1998 - 2002)



(1) Salvo indicação em contrário, todos os montantes no presente relatório são expressos em euros.

(2) O leitor poderá complementar este Relatório de Actividades do Grupo BEI consultando igualmente o Relatório Anual do FEI disponível no *site* internet [www.eif.org](http://www.eif.org).

No CD-Rom incluído na presente brochura, apresenta-se o conjunto das estatísticas das actividades relativas ao exercício de 2002 e ao período de 1998 a 2002, assim como a lista dos projectos financiados durante o ano pelo Grupo BEI. Estes dados também são apresentados no capítulo «Publicações» do *site* internet do BEI: [www.bei.org](http://www.bei.org).



# Plano de Actividades 2003-2005

O Plano de Actividades do BEI (PAB) foi elaborado pela primeira vez por iniciativa do Conselho de Governadores de Junho de 1998; trata-se de um documento estratégico, aprovado pelo Conselho de Administração, no qual o Banco define a sua política geral a médio prazo e fixa as prioridades operacionais em função dos objectivos que lhe foram cometidos pelos seus Governadores.

Este plano, que é crucial para o trabalho do pessoal do Banco, cobre um período de três anos, mas as projecções estratégicas podem ser entretanto modificadas, em função de novos mandatos e da evolução do contexto económico. O Plano de Actividades 2002-2004 constituiu a base do relatório do Conselho de Administração ao Conselho de Governadores relativo ao recente aumento das actividades e à evolução prevista das operações, na perspectiva do aumento do capital do Banco a contar de 1 de Janeiro de 2003.

O Plano de Actividades 2003-2005, adoptado pelo Conselho de Administração em Dezembro de 2002, é o primeiro que se inscreve no enquadramento estratégico estabelecido pelo Conselho de Governadores em Junho de 2002. Nos termos deste Plano, continuará a ser dada prioridade aos **financiamentos** que visem os seguintes objectivos:

- o desenvolvimento regional e a coesão económica e social da UE (a grande prioridade do Banco);
- a implementação da «Iniciativa Inovação 2000» (i2i);
- a protecção e melhoria do ambiente;
- a preparação dos futuros Estados-membros para a adesão;
- o apoio às políticas comunitárias de ajuda ao desenvolvimento e de cooperação com os países parceiros.

Paralelamente a estas grandes prioridades, o Plano de Actividades do Banco também indica claramente que o Grupo continuará a apoiar as PME, as Redes Transeuropeias e outras infra-estruturas, assim como projectos nos sectores da Saúde e da Educação.

Os financiamentos e as operações continuam a traduzir a resposta do Banco a acontecimentos imprevistos, tais como as inundações de meados de 2002 em certas regiões da Europa central e no sul de França, e a poluição na costa noroeste da Espanha.

O BEI continuará a apoiar as PME disponibilizando capital de risco e prestando garantias através de intermediários financeiros especializados, e conta desenvolver novos instrumentos financeiros e alargar os mandatos de cuja gestão está encarregue, para reforçar este apoio.





Quando da adopção do Plano de Actividades 2003-2005, o Conselho de Administração também aprovou uma **autorização global de financiamento** para 2003, no valor máximo de 42 000 milhões, necessário para garantir uma cobertura prudencial das necessidades máximas de recursos previstas. Caso seja necessário, poderá ser solicitado o ajustamento desta verba.

### **Mapa estratégico e *Balanced Scorecard***

O **Mapa estratégico** e o ***Balanced Scorecard*** introduzidos pelo Banco em 2001 vieram reforçar a função global de planeamento. Em 2002, as orientações em matéria de planeamento e o orçamento do Banco para 2003 foram preparados conjuntamente, o que permitiu uma identificação precoce de novas áreas prioritárias para a afectação de recursos adicionais disponíveis no próximo ano, assim como de actividades de base actuais que necessitam de um apoio financeiro suplementar. Foram deste modo identificadas as seguintes iniciativas prioritárias:

- Preparação do alargamento e da adesão dos países candidatos;
- Lançamento da FEMIP nos países mediterrânicos;
- Implementação da Facilidade de Investimento para os países ACP-PTU.



*O Conselho de Administração do BEI*

# *Actividades do Grupo BEI em 2002*





# Contribuir para o desenvolvimento equilibrado da União

A promoção da coesão económica e social da União é a principal missão do BEI, que lhe foi cometida pelo Tratado de Roma e mais tarde reiterada pelo Tratado de Amesterdão (Junho de 1997), e constitui o primeiro dos objectivos prioritários do Plano de Actividades.

O Banco mantém uma colaboração estreita com a Comissão, complementando as subvenções orçamentais de forma a otimizar a eficácia dos meios de intervenção das duas instituições. Neste contexto, convém sublinhar os co-financiamentos do Banco e da Comissão de programas operacionais regionais abrangidos pelos Quadros Comunitários de Apoio para 2000 - 2006, que em 2002 se destinaram à Itália (Apúlia e Emília-Romanha) e à Espanha (Andaluzia, Cantábria e Astúrias).

Orientando de uma forma selectiva os investimentos para os sectores ou regiões mais carenciados, o Banco continuou a canalizar nos últimos anos uma quota-parte elevada dos seus financiamentos para o desenvolvimento das regiões menos favorecidas, não deixando de conciliar esta acção com o objectivo geral de crescimento moderado dos empréstimos na União.

## 12 500 milhões na forma de empréstimos individuais para o desenvolvimento regional da União

Em 2002, la BEI concedeu empréstimos individuais no valor de 12 500 milhões para projectos que contribuíam para o desenvolvimento das regiões menos favorecidas ou confrontadas com problemas estruturais (regiões abrangidas pelos objectivos N° 1 e 2). Se apenas considerarmos as regiões abrangidas pelo Objectivo N° 1, foram canalizados para estas regiões empréstimos individuais no valor de 6 500 milhões, que se destinaram especificamente aos *Länder* orientais da Alemanha (1 900 milhões), aos países da Coesão - Espanha, Portugal, Irlanda e Grécia - (5 600 milhões) e ao *Mezzogiorno* italiano (392 milhões).

Além deste apoio directo ao desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas, o Banco participou no financiamento de alguns projectos que contribuem de um modo parcial ou indirecto para o desen-

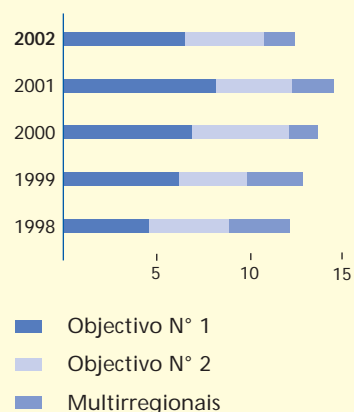
volvimento destas regiões, mas que têm outro objectivo principal. É, por exemplo, o caso da compra de satélites de comunicação em Espanha, que cobrem todo o território deste país, a linha LGV Leste-Europa em França, que passa pelas regiões de Champagne e Lorena, ou ainda, a modernização do material ferroviário na Itália, um terço do qual se destina a linhas do *Mezzogiorno*.

## Acção multisectorial nas regiões abrangidas pelo Objectivo N° 1

O sector dos transportes foi o principal sector apoiado nas regiões abrangidas pelo Objectivo N° 1, tendo recebido mais de 30% dos financiamentos. Os projectos financiados permitem atenuar os efeitos do afastamento geográfico e melhorar os acessos internos, contribuindo para a integração efectiva de regiões periféricas ou que registam um atraso estrutural.

O Banco canalizou para a reabilitação das infra-estruturas urbanas mais de

## Desenvolvimento regional Empréstimos individuais 1998 - 2002: 66 000 milhões







18% das verbas, e para os sectores da indústria e dos serviços, 15%.

A educação e a saúde absorveram cerca de 7% dos financiamentos, o que ilustra a vontade do Banco de desenvolver nestas zonas desfavorecidas serviços de educação e de saúde de nível comparável ao das regiões mais desenvolvidas, e de promover o acesso das populações às técnicas pedagógicas e aos cuidados de saúde mais avançados.

#### Impacte dos empréstimos globais

O BEI apoia as PME, as pequenas infra-estruturas de interesse local e os investimentos de pequena dimensão no domínio do ambiente por meio de linhas de crédito abertas a bancos ou instituições financeiras. Embora os empréstimos globais tenham um carácter multi-objectivo, contribuem de uma forma significativa para o objectivo de desenvolvimento regional. Em 2002, as assinaturas no âmbito de empréstimos globais nas regiões desfavorecidas da União ascenderam a cerca de 7 300 milhões, destinando-se mais de metade das verbas a regiões abrangidas pelo Objectivo N° 1.

Neste contexto, o BEI prosseguiu a política de diversificação dos seus intermediários bancários, seleccionando parceiros com grande implantação regional, particularmente na Itália, no Reino-Unido, na Áustria e na Alemanha oriental.

#### Integração dos países candidatos

Para acelerar a atenuação das disparidades regionais entre os países candidatos e a actual União, o BEI reforçou significativamente os financiamentos nestes países e passou a aplicar os mesmos critérios de selecção de projectos que nesta, ou seja, baseados nos objectivos, incluindo o desenvolvimento regional. Em 2002, os

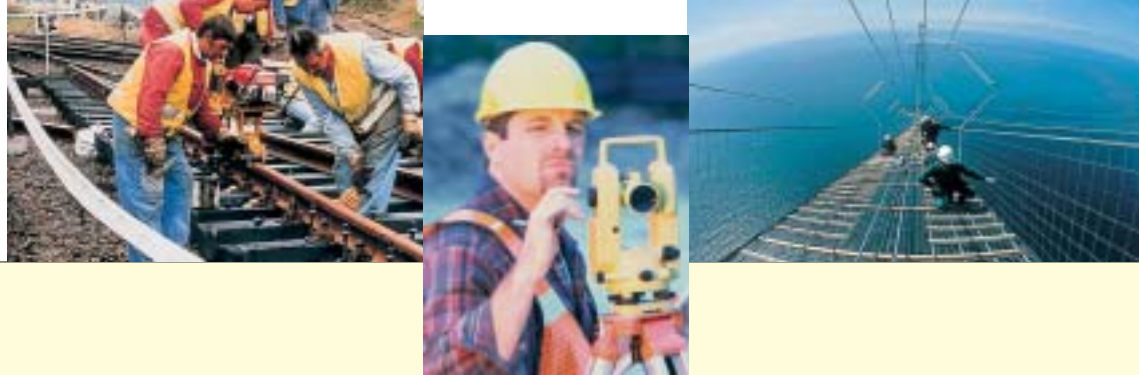
empréstimos individuais ascenderam a 3 100 milhões, destinando-se 28,7% à Polónia, 27,3% à República Checa, 12,6% à Hungria e 11,3% à Roménia.

Os principais sectores financiados foram os transportes (53%), as infra-estruturas urbanas e compósitas (21%) e a energia (9%). As verbas para os sectores da educação e da saúde registaram um aumento significativo (230 milhões, contra 75 milhões em 2001).

Foram ainda concedidos empréstimos globais no valor aproximado de 500 milhões para o financiamento de PME e de pequenas infra-estruturas locais.

#### Desenvolvimento regional Distribuição sectorial dos empréstimos individuais (2002)

	(milhões de euros)	
	montante	Total %
Energia	2 086	17
Comunicações	4 281	34
Gestão da água e diversos	1 071	9
Obras urbanas	2 221	18
Indústria e agricultura	1 216	10
Educação e saúde	873	7
Outros serviços	705	6
<b>Total empréstimos individuais</b>	<b>12 452</b>	<b>100</b>
Empréstimos globais	7 300	



## O financiamento do investimento e o emprego

### O investimento em infra-estruturas

- **Emprego na fase de construção:** O investimento em capital fixo, e nomeadamente, em infra-estruturas, conduz a um aumento da procura de mão-de-obra durante a fase de construção. Os modelos *input/output* mostram que o investimento de EUR 1 000 milhões na construção civil e em equipamento relacionado contribui directamente para a criação de postos de trabalho que representam cerca de 20 000 pessoas-anos. Este efeito na oferta significa que os financiamentos anuais do Banco para infra-estruturas - que, em média, têm rondado os EUR 19 000 milhões nos últimos cinco anos - contribuem para a criação de cerca de **380 000 postos de trabalho na fase de construção**. Este efeito poderá ser ainda maior, se calcularmos que os projectos financiados pelo BEI também beneficiam de recursos de outras fontes, e que a criação de empregos ligada ao investimento tende a ser maior nas regiões menos desenvolvidas, nas quais o BEI concentra os seus esforços.
- **Emprego na fase de exploração:** Para além do efeito do investimento na procura de mão-de-obra, a relação a longo prazo entre estes dois parâmetros depende da reserva de capital e do rácio capital-emprego. Se o crescimento do investimento conduz a uma maior reserva de capital, também deverá levar a um aumento estável do emprego. Calculou-se que, em média, a cada EUR 1 000 milhões, correspondem cerca de 8 000 a 10 000 postos de trabalho. Contudo, dado que a economia está a tornar-se cada vez mais «ávida» de capital, é provável que o efeito do crescimento do capital sobre o emprego seja progressivamente menor. Mas o facto de o investimento em infra-estruturas públicas poder gerar um efeito multiplicador, através do seu impacte no investimento privado, é um potencial factor suplementar de criação de empregos.

### Investimentos de PME

As pequenas e médias empresas (PME) contribuem para a maior parte dos empregos criados na União Europeia. No entanto, a experiência provou que o crescimento das PME é afectado por dificuldades de financiamento, que a intervenção pública procura colmatar. O BEI contribui para o financiamento de PME de duas formas.

A primeira, concedendo empréstimos globais através de instituições financeiras intermediárias. Em 2002, foram disponibilizados para as PME mais de EUR 6 200 milhões, no âmbito de empréstimos globais. Partindo do princípio que o rácio empregos/reserva de capital no sector transformador é de cerca de 8000 empregos por cada mil milhões investidos, e tendo em conta que os financiamentos no âmbito de empréstimos globais representam em média 45-50% do financiamento externo para investimentos de capital de PME, os empréstimos globais concedidos pelo BEI em 2002 contribuíram para **manter ou criar 95 000-100 000 postos de trabalho estáveis**.

A segunda forma de apoio do Grupo BEI às PME consiste na tomada de participações de capital e na concessão de garantias, tarefa que é confiada ao Fundo Europeu de Investimento (FEI). Em finais de 2002, o FEI tinha investido uma verba global de EUR 2 500 milhões em mais de 184 fundos de capital de risco, contribuindo para um investimento em capitais próprios de PME na Europa no valor de cerca de 10 000 milhões. Além disso, prestou garantias para carteiras de empréstimos a PME detidas por bancos, no valor de EUR 4 500 milhões, beneficiando cerca de 200 000 PME. Esta acção contribui para suprir as restrições de crédito impostas pelos bancos e permite financiar empresas inovadoras. No entanto, o impacte no emprego destas operações de capital de risco e de garantia não pode ser adequadamente avaliado sem a apreciação do resultado final de todos os investimentos.





## A «Iniciativa Inovação 2000»

A «Iniciativa Inovação 2000» («i2i») foi instaurada pelo Grupo BEI para apoiar a «Estratégia de Lisboa» do Conselho Europeu de Março de 2000, que visa promover o desenvolvimento de uma «economia europeia baseada no conhecimento e na inovação».

A «i2i» articula-se em torno de cinco vertentes económicas e traduz-se em:

- empréstimos a médio e longo prazo do BEI (eventualmente, sob a forma de empréstimos com partilha de riscos ou de empréstimos estruturados), e
- tomadas de participação do FEI em fundos de investimento (FCR) para disponibilização de capitais próprios sob a forma de capital de risco a PME.

### Investigação e desenvolvimento (I&D)

Em 2002, o BEI concedeu 2 100 milhões para o financiamento de 15 projectos de I&D realizados em 6 países da União e para um projecto pan-europeu de cooperação internacional parcialmente situado na Suíça: o acelerador de partículas do CERN em Genebra. A maioria dos projectos é de iniciativa privada, sobretudo nos domínios das componentes electrónicas, da metalurgia, da óptica, das biotecnologias, da aeronáutica e das telecomunicações. Com estes financiamentos, o total dos empréstimos do BEI para a I&D desde 2000 atingiu os 3 900 milhões.

O FEI continua a seguir uma estratégia de investimento que privilegia o financiamento de fundos situados a jusante da investigação-desenvolvimento, e neste contexto, assinou em 2002 uma operação com o «Laboratório Europeu de Biologia Molecular» sito em Heidelberg. Os investimentos do FEI nos domínios das ciências da vida constituem uma resposta cabal às preocupações do Conselho «Competitividade», que em Novembro de 2002 destacou a necessidade de reforçar o financiamento da biotecnologia na Europa.

Em Novembro de 2002, aquando do lançamento do 6º Programa-Quadro de Investigação, o BEI e a Comissão reforçaram a cooperação mútua, com vista a favorecer o aumento dos investimentos em I&D na

União até 3% do PNB comunitário até 2010, objectivo definido pelo Conselho Europeu de Barcelona (Março de 2002).

### Desenvolvimento das PME e do espírito empresarial

Durante o exercício, o FEI comprometeu 472 milhões em 36 fundos (FCR), elevando a sua carteira global para mais de 2 500 milhões, investidos em 184 fundos. Globalmente, corresponde a 10 000 milhões em capital-investimento, de que beneficiaram mais de 1 800 PME.

Grande parte dos recursos continuou a destinar-se ao financiamento de fundos regionais e de um fundo activo em vários países candidatos, tendo o FEI comprometido nestes países uma verba total de 75 milhões.

De referir também as tomadas de participação em 8 FCR pan-europeus com actividades em vários países, que contribuem para a emergência de um mercado europeu de capital de risco.

Num mercado em nítida regressão, o FEI conseguiu manter um alto nível de capital-investimento, que representa aproximadamente 20% do total do sector na Europa.

### As redes tecnológicas (TIC)

As tecnologias da informação e da comunicação beneficiaram de financiamentos do



BEI no valor de 366 milhões, destinando-se as verbas essencialmente a ligações por cabos em fibra óptica (Bélgica e Espanha), a redes de telefonia móvel em zonas desfavorecidas (Grécia e Eslovénia) e ao lançamento de um satélite espanhol.

### Enriquecimento do capital humano

Em 2002, o BEI concedeu 987 milhões para financiar 11 projectos no sector da educação e 2 no sector da saúde na Alemanha oriental, Espanha e Finlândia, e em 4 países candidatos (Hungria, República Checa, Chipre e Turquia), que consistiam essencialmente em infra-estruturas do ensino superior ou universitário, e num programa de renovação e de modernização tecnológica de hospitais na Estíria e na Alta Áustria.

Estes projectos, que se situam em zonas de desenvolvimento regional, favorecem o acesso das respectivas populações aos sistemas educativos e de cuidados de saúde mais avançados.

### Difusão da inovação:







#### «i2i - Audiovisual»

Em 2002, o BEI concedeu 146 milhões para financiar o novo centro de televisão da cadeia ARTE (produção, digitalização e difusão) em Estrasburgo, a co-produ-

ção de programas televisivos da BBC-Worldwide, a realização de filmes de ficção e a renovação de salas de cinema por dois intermediários especializados do sector audiovisual em Espanha (ICF) e na Itália (BNL-Audiovisual). Com estes financiamentos, os empréstimos do BEI assinados no sector audiovisual ascendiam a 394 milhões em 31 de Dezembro de 2002.

Por seu turno, o FEI investiu cerca de 66 milhões em 4 FCR pan-europeus, situados em França e em Espanha, espe-

### Financiamentos do BEI no âmbito da «i2i» 2000 - 2002

-  R&D
-  TIC
-  Educação
-  Saúde
-  Audiovisual
-  Empréstimos globais





cializados no reforço de fundos próprios das PME do sector audiovisual. Com estas operações, o total das tomadas de participação do

FEI em 10 FCR do sector audiovisual desde o lançamento da «i2i» ascende a 119 milhões.

### «i2i»: Perspectiva 2010

Em finais de 2002, o Grupo BEI tinha praticamente atingido os objectivos fixados pelo Conselho Europeu de Lisboa: em dois anos e meio, aprovou um volume de financiamentos de quase 17 000 milhões (14 400 milhões BEI + 2 500 milhões FEI) para cerca de 300 operações em todos os Estados-membros e em 10 países candidatos; o total de empréstimos assinados cifrava-se em 10 800 milhões (dos quais mais de 3 600 milhões em 2002), e o volume de tomadas de participação do FEI, em mais de 2 500 milhões (dos quais 471,5 milhões em 2002).

Embora em meados de 2003 o programa chegue ao termo dos três anos inicialmente fixados pelo Conselho de Administração do Banco, o objectivo definido pela «Estratégia de Lisboa» mantém a sua actualidade e foi reiterado pelos Conselhos Europeus de Estocolmo (Março de 2001) e de Barcelona (Março de 2002). **Por conseguinte, o financiamento da inovação continuará a ser uma das grandes prioridades do Banco até ao horizonte de 2010.**

Os resultados das actividades no âmbito da «i2i» demonstram que o BEI soube responder a uma verdadeira necessidade económica, disponibilizando produtos financeiros diversificados; neste contexto, o Banco deu prioridade a investimentos em que se verifica uma transferência de tecnologia para as regiões menos avançadas e em que o valor acrescentado da sua acção é evidente:

- **Desenvolvimento regional:** 66% dos financiamentos destinaram-se a projectos que favorecem o acesso das regiões mais atrasadas da União e dos países candidatos às tecnologias de ponta, particularmente nos domínios da educação, da saúde e das redes tecnológicas.
- **Conteúdo inovador:** desde 2000, o conteúdo inovador dos projectos financiados aumentou significativamente: os projectos de investigação e desenvolvimento (I&D), sobretudo ligados às ciências da vida, absorveram 59% dos financiamentos; os projectos no sector da educação, que receberam 26% dos empréstimos em 2002, têm uma forte componente inovadora, devido à utilização de TIC (*e-learning*) e à aplicação da I&D fundamental (universidades e hospitais universitários). Os projectos de implantação de redes TIC (10% dos financiamentos em 2002) foram financiados, seja pelo seu grande impacto no desenvolvimento regional, seja pelo seu papel na difusão da inovação (tecnologias digitais aplicadas à produção ou à distribuição de obras audiovisuais).
- **Distribuição sectorial:** a distribuição das cinco componentes sectoriais da «i2i» também evoluiu: se em 2000 os projectos em fase de apreciação eram principalmente de telecomunicações (59% em 2000), a distribuição sectorial dos projectos aprovados no final de 2002 foi a seguinte, por ordem decrescente: educação/*e-learning* (43%), I&D (39%), redes tecnológicas (10%) e difusão da inovação/audiovisual (8%).



## Proteger o ambiente

A protecção e a melhoria do ambiente figuram entre as grandes prioridades do BEI. Com efeito, o Banco propôs-se como objectivo canalizar entre um quarto e um terço de todos os seus empréstimos individuais na União e nos países candidatos para projectos de protecção e melhoria do ambiente. Os valores atingidos em 2002 coadunam-se perfeitamente com este objectivo, na medida em que representaram 44% do total na União e 41% nos países candidatos.

Sendo um banco público que tem por missão servir a União, o BEI tem também como objectivo promover as políticas ambientais desta, implementando novas estratégias que facilitem o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pela União, nomeadamente:

- redução das emissões de gases com efeito de estufa,
- promoção de energias renováveis,
- contributo para as iniciativas no domínio da água, lançadas quando da Cimeira mundial de Joanesburgo.

### Cooperação com a Comissão

Em Maio de 2002, o BEI e a Comissão assinaram um protocolo de acordo destinado a melhorar a eficácia das respectivas acções, tendo em vista a consecução dos compromissos assumidos pela União no domínio do ambiente.

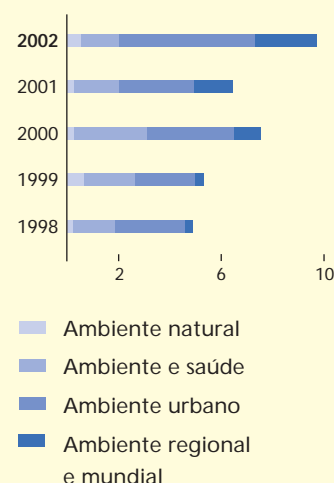
Neste contexto, o BEI apoia a política da União em matéria de alterações climáticas, financiando projectos que promovam a utilização racional da energia - como por exemplo, a co-geração de calor e electricidade, a eficácia industrial e os transportes públicos - ou o recurso a energias renováveis.

Além disso, o BEI associou-se à iniciativa «Água para a Vida» da União, que contribuiu para a consecução dos objectivos de desenvolvimento das Nações Unidas

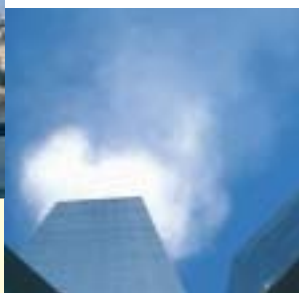
para o milénio, nos sectores da água e do saneamento, tal como sublinhado quando da Cimeira Mundial de Joanesburgo.

A conjugação dos financiamentos do BEI e da Comissão verifica-se em especial nos países candidatos, nos países parceiros mediterrânicos e nos países ACP. A sinergia entre os empréstimos do Banco e as subvenções da Comissão é particularmente importante para garantir um volume de investimento sustentado e uma transferência racional de *know-how* no domínio do ambiente. Além disso, o Banco actua como conselheiro da Comissão no que toca à apreciação de projectos financiados com recursos orçamentais da União pelo Fundo de Coesão e pelo Instrumento Estrutural de Pré-Adesão (ISPA).

**Ambiente e qualidade de vida**  
**Empréstimos individuais**  
**1998 - 2002 : 32 000 milhões**







## 2002: ano recorde

Em 2002, o BEI concedeu empréstimos individuais no valor de 9 300 milhões em favor do ambiente na **União Europeia** (o que representa um aumento de 56% em relação a 2001). Além disso, canalizou no âmbito de empréstimos globais 1 800 milhões adicionais para projectos de pequena dimensão em prol do ambiente, de iniciativa de PME e de autarquias locais. Os principais sectores financiados foram os transportes públicos urbanos (2 500 milhões) e o sector da água (1 500 milhões). Neste último, os financiamentos do Banco permitiram a coadunação de diversos Estados-membros às directivas da União em matéria de ambiente, as quais constituem o principal motor do investimento neste domínio.

**Nos países candidatos**, os empréstimos individuais em favor de projectos ambientais ascenderam a 1 300 milhões, destinando-se, nomeadamente, a obras de reconstrução na sequência dos danos causados pelas inundações de Agosto de 2002 na Polónia, na República Checa e na Eslováquia (460 milhões), que constituíram um objectivo prioritário do BEI. Também foram canalizadas verbas substanciais

## Ambiente e qualidade de vida Empréstimos individuais (2002)

(milhões de euros)	
	Total
Ambiente natural	538
Ambiente e saúde	1 458
Ambiente urbano	5 339
Ambiente regional e mundial	2 394
<b>Total empréstimos individuais</b>	<b>9 264*</b>

\* Dado que certos projectos visam mais de um objectivo, as diferentes rubricas não são acumuláveis

(311 milhões) para a melhoria do ambiente urbano, incluindo os transportes públicos, a renovação urbana e a habitação social, e para projectos nos domínios da água potável e das águas residuais (165 milhões), da gestão de resíduos sólidos e da protecção dos solos (138 milhões), e das economias de energia e da diversificação energética (110 milhões). O Banco tenciona continuar a apoiar nos próximos anos a adequação dos países candidatos às normas ambientais da União, concedendo para esse efeito verbas substanciais.

## Relatório sobre o ambiente 2001 - 2002

Em Fevereiro de 2003, o BEI publicou o seu primeiro relatório sobre o ambiente, no qual descreve os meios afectados a este objectivo prioritário, a estratégia adoptada face a problemas ecológicos e a actividade recentemente desenvolvida no domínio do ambiente natural e urbano.

Este relatório será uma referência para versões futuras, e constituirá a base para o debate sobre questões ecológicas entre o BEI e todas as entidades interessadas nas suas actividades.

O relatório pode ser consultado no *site* do Banco : [www.eib.org](http://www.eib.org).







### Favorecer a protecção do ambiente nos países terceiros

Preocupado em aproveitar as sinergias entre as diferentes fontes de financiamento disponíveis, o BEI coordena a sua acção em países terceiros não apenas com a Comissão, mas também com instituições financeiras multilaterais e bilaterais e com a comunidade bancária e os meios de negócios, o que conduz a diversos co-financiamentos de projectos ambientais.

**Nos Balcãs ocidentais**, o BEI participa na acção de reconstrução de pós-guerra e está actualmente a alargar o campo de aplicação dos seus financiamentos em favor de infra-estruturas, de forma a incluir projectos de água e outros projectos ambientais, tais como a protecção da bacia fluvial do Danúbio e a gestão das águas residuais nas grandes cidades. O Banco está a coordenar um estudo muito importante relativo à gestão ecológica do Mar Adriático e participa nos trabalhos da «Task Force Danúbio - Mar do Norte» criada pela Comissão Europeia.

**Nos países parceiros mediterrânicos**, foram concedidos 95 milhões para projectos ambientais, que se destinaram ao saneamento de 7 cidades marroquinas, à despoluição industrial na Tunísia e à reconstrução da Grande Argel depois das inundações. O ambiente constitui uma das prioridades da «Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e de Parceria» (FEMIP), lançada em Outubro de 2002 para promover o desenvolvimento económico e a estabilidade política e social na região. Entre os instrumentos de promoção deste objec-

tivo, destacam-se a bonificação de juros de 3%, financiada pelo orçamento da União, e o Programa de Assistência Técnica para a Protecção do Ambiente no Mediterrâneo (METAP), que contribui para a identificação e a elaboração de projectos ambientais.

**Nos países ACP**, os financiamentos atingiram os 35 milhões, destinando-se a redes de gestão da água na Jamaica e na Ilha Maurícia. Este tipo de projectos beneficia de bonificação de juros dos empréstimos do BEI, a cargo de recursos orçamentais dos Estados-membros. A Facilidade de Investimento prevista no quadro da Convenção de Cotonou proporcionará ao BEI novas oportunidades para contribuir para a protecção do ambiente, especialmente no que toca aos objectivos definidos pela iniciativa «Água para a Vida».

**Na Rússia**, o BEI financia dois projectos no sector da água e do saneamento nas regiões de São-Petersburgo e de Kalini-negrado, no enquadramento de um mandato especial de financiamento de 100 milhões, que lhe foi confiado pelo Conselho de Governadores, na sequência do Conselho Europeu de Estocolmo de Março de 2001. No âmbito da «Parceria para o Ambiente no quadro da Dimensão Setentrional», o BEI e a Federação da Rússia assinaram em Dezembro de 2002 um acordo-quadro relativo à calendarização e à regulamentação dos financiamentos do Banco.



## Preparar os futuros Estados-membros da União

Desde 1990, o BEI já concedeu mais de 20 000 milhões nos países candidatos à adesão, designadamente, 19 700 milhões nos países da Europa Central e 786 milhões em Chipre e Malta. Com uma verba de 3 600 milhões só em 2002 (um grande acréscimo em relação aos 2 700 milhões em 2001), o Banco continua a ser a primeira fonte externa de financiamento dos futuros Estados-membros.

Nestes países, o Banco privilegia o financiamento de projectos que permitam que os países candidatos se coadunem com as políticas e normas em vigor na União, intervindo no âmbito:

- do mandato de financiamento, que beneficia de uma garantia específica a cargo do orçamento comunitário, nos termos do qual o BEI pode conceder um montante máximo de 8 680 milhões durante o período de 2000 - 2006;
- da sua linha de crédito de pré-adesão trienal, no valor de 8 500 milhões (2000 - 2003), instaurada por sua iniciativa e por sua conta e risco, que não beneficia de garantia comunitária.

Desde 2002, o Banco aplica no financiamento de projectos nos futuros Estados-membros os mesmos critérios que nas operações nos Estados-membros da União, no que toca a objectivos, à avaliação e às políticas de gestão do risco.

**Países candidatos à adesão  
1998 - 2002: 12 000 milhões**



### Melhoria do ambiente

Os futuros Estados-membros devem proceder a grandes investimentos para se coadunarem com as normas da União em matéria de protecção do ambiente. O Banco apoia essa coadunação nos sectores dos transportes urbanos e regionais, financiando projectos que contribuem para reduzir a poluição do ar e para melhorar a qualidade de vida, e também no sector do saneamento, financiando um número crescente de sistemas de gestão da água nos grandes centros urbanos. Em 2002, 1 300 milhões, que representavam 36% do total concedido nestes países, destinaram-se à melhoria do ambiente, tanto em zonas rurais, como urbanas.

O co-financiamento de projectos nos domínios dos transportes e do ambiente com empréstimos do BEI e subvenções da Comissão Europeia (no âmbito do programa ISPA) tem vindo a aumentar de uma forma sustentada.

### Solidariedade com as regiões afectadas pelas inundações

Reagindo com grande rapidez, o BEI organizou logo em finais de Agosto de 2002 um empréstimo-quadro de emergência no valor de 1 000 milhões, destinado à reparação dos enormes danos causados pelas inundações que assolaram a bacia do Elba na Alemanha oriental, República Checa e Áustria. Foi neste contexto que a República Checa recebeu em 2002 uma ajuda financeira de emergência no valor de 400 milhões.

Além disso, o Banco está pronto a financiar outras obras de reconstrução e investimentos na prevenção de cheias.

### Apoio firme e diversificado às PME

O BEI reforçou e diversificou os financiamentos às PME, a fim de apoiar os progressos consideráveis conseguidos pelos bancos



## Objectivo 2004 e depois ?

Na Primavera de 2004, a União Europeia integrará dez novos Estados-membros. No Conselho Europeu de Copenhaga (12-13 de Dezembro de 2002), a União confirmou a sua ambição de integrar também a **Bulgária e a Roménia** em 2007, e nesta conformidade, as ajudas de pré-adesão para estes dois países deverão ser fortemente reforçadas no período de 2004 a 2006, incluindo um volume sustentado de financiamentos do Banco.

Além disso, este Conselho estabeleceu o princípio de uma abertura rápida das negociações de pré-adesão com a **Turquia**, se este país, candidato à adesão desde o Conselho Europeu de Helsínquia (Dezembro de 1999), cumprir os «critérios de Copenhaga» até à apreciação da situação, prevista para finais de 2004.

Em 2001, a Turquia foi incluída na lista dos países que podem beneficiar da linha de crédito de pré-adesão trienal do Banco. Paralelamente, faz parte integrante do «Processo de Barcelona» subjacente às relações euro-mediterrânicas.

As actividades do BEI na Turquia integraram-se, por conseguinte, essencialmente no âmbito de vários outros mandatos euro-mediterrânicos do BEI: Euromed (até final de 2007), Facilidade Euro-Mediterrânica (até final de 2004), Instrumento TERRA, referente ao terramoto de Setembro de 2001, e Programa de acção especial preliminar à união aduaneira (até final de 2004).

De resto, a Turquia pode beneficiar da nova «Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e de Parceria» (FEMIP) (ver página 24).

Sendo um país candidato e membro da Parceria Euro-Mediterrânica, a Turquia pode contar com o apoio do BEI na promoção da modernização da economia e na preparação da integração; Aliás, a sua posição geográfica e cultural confere-lhe um papel muito especial no «círculo de amigos da União, que se estendem do Mar Negro até à margem sul do Mediterrâneo», a que Romano Prodi fez referência no encerramento do Conselho Europeu de Copenhaga.

seus parceiros no financiamento de PME de dimensão muito pequena. Assim sendo, em 2002, a participação do Banco no financiamento de projectos de iniciativa de PME orçou em média em EUR 600 000 por projecto, em comparação com 1,4 milhões no ano anterior.

Em 2002, os empréstimos globais em curso (233 milhões), permitiram financiar cerca de 380 projectos de pequena e média dimensão, e o BEI concedeu aos seus parceiros bancários cerca de 500 milhões suplementares para novos empréstimos globais.



Dado que a emergência de um sector de PME forte e competitivo nos futuros Estados-membros constitui uma etapa importante para a gradual convergência das economias dos Estados-membros actuais e futuros, o BEI associou-se à Comissão Europeia para lançar um instrumento de financiamento de PME (*SME-Finance Facility*). No âmbito desta parceria, a Comissão disponibiliza 30 milhões sob a forma de ajudas não reembolsáveis e o Banco 300 milhões sob a forma de linhas de crédito em favor de bancos seleccionados na região.

O FEI desempenha igualmente um papel cada vez mais importante no financiamento de empresas de alta tecnologia nos futuros Estados-membros. No ano passado, realizou uma tomada de participação no «Genesis Private Equity Fund» (sediado em Praga), alargando o seu âmbito geográfico à República Checa e à Eslováquia. O número de participações do FEI nos fundos de capital de risco na Europa central subiu assim para seis, e o montante total de investimentos do Fundo na região, para 75 milhões.

No início de 2003, o FEI abriu o seu programa plurianual para o sector empresarial («MAP 2001-2005») aos países candidatos à adesão (ver capítulo «Grupo BEI apoia as PME», na página 25).

### Apoio ao investimento directo de grandes empresas

O investimento directo de grandes empresas da actual União nos países candidatos constitui um factor decisivo de modernização das economias destes países, em particular, porque implica uma transferência de *know-how* em matéria de gestão e de tecnologia.

A fim de apoiar estes projectos, o Banco adaptou as suas políticas financeiras, pas-

sando a aplicar aos países candidatos critérios de financiamento de grandes empresas idênticos aos critérios em vigor na União. Nesta conformidade, o BEI disponibiliza agora nestes países financiamentos-quadro ou financiamentos de projectos numa forma estruturada ou com partilha de riscos.

Este novo contexto conduziu à identificação de diversos projectos de investimento; várias operações já estão em fase avançada e em 2002, foi assinado o contrato de financiamento de uma fábrica de frigoríficos nos arredores de Praga.

### Países candidatos à adesão Empréstimos concedidos em 2002

(milhões de euros)	
Polónia	1 083
República Checa	898
Hungria	515
Roménia	383
Eslovénia	202
Letónia	123
Bulgária	87
Eslováquia	80
Estónia	50
<i>Europa Central</i>	<i>3 421</i>
Chipre	220
<i>Mediterrâneo</i>	<i>220</i>
<b>Países candidatos*</b>	<b>3 641</b>

\* do qual linha  
pré-adesão: 3 141 milhões





## Fórum BEI 2002: «Amanhã, a União Europeia será alargada para Leste»

«Os países candidatos à adesão merecem tornar-se membros da União, e a dinâmica do alargamento está irreversivelmente na via do sucesso», lembrou **Günter Verheugen**, Comissário Europeu, aos 550 participantes do 8º Fórum BEI <sup>(1)</sup>, que se realizou em Viena, a 7 e 8 de Novembro de 2002. Com a conclusão, em Dezembro de 2002 em Copenhaga, das negociações de adesão, o Fórum BEI revelou-se de uma particular actualidade e suscitou grande interesse da parte dos representantes das instâncias políticas, do mundo dos negócios e dos meios bancários, tanto da União, como dos países candidatos.

No discurso de abertura, o Presidente do BEI, **Philippe Maystadt**, delineou os principais aspectos das actividades do Banco nos países candidatos: apoio às infra-estruturas, ao desenvolvimento regional e mais particularmente, ao investimento estrangeiro directo, que permite transferir não apenas capitais, mas também *know-how*.

A encerrar os debates, **Ewald Nowotny** e **Wolfgang Roth**, Vice-Presidentes, elogiaram o grande esforço de reforma e de modernização feito pelos países candidatos, mas apontaram que ainda há exigências a cumprir para estimular o investimento directo. Em particular, há que consolidar o enquadramento legal e aplicar as leis votadas, eliminar os excessos de regulamentação e os obstáculos burocráticos e adoptar uma abordagem mais ousada da reconstrução das empresas. O sector empresarial deve colaborar estreitamente com os estabelecimentos de ensino superior das respectivas regiões, a fim de favorecer a criação de centros de excelência geradores de mão-de-obra qualificada e dinâmica.

De destacar a forte representação dos países candidatos à adesão nos oradores do colóquio, nomeadamente, as Sras. Resata-Vukosavljevic (Ministra dos Transportes da Sérvia), Tudor Mitrea (Ministra dos Transportes da Roménia) e Freyberg (Secretária-de-Estado do Ministério da Economia da Polónia); e os Srs. László (Ministro das Finanças da Hungria), Isaescu (Governador do Banco Central da Roménia), Tošovský (ex-Governador do Banco Central Checo e Presidente do Instituto de Estabilidade Financeira na Suíça) e Wilhelm, membro do Conselho de Administração da Volkswagen-Eslováquia.

**Aleksander Kwasniewski**, Presidente da República polaco, foi o convidado de honra do jantar oficial na Câmara Municipal de Viena. Após ter recordado o que era a Europa dividida antes de 1989, o orador lembrou também o caminho percorrido até à época actual e reiterou que o alargamento constituía a melhor garantia de segurança, confiança, solidariedade e progresso à escala do Continente.

(1) Para mais informações sobre os trabalhos do Fórum, ver BEI-Informações nº112 ou consultar o site [www.eib.org/forum](http://www.eib.org/forum).



Günter Verheugen,  
Comissário Europeu,  
Alargamento



Pat Cox, Presidente do Parlamento  
Europeu e Karl-Heinz Grasser,  
Ministro Austriaco das Finanças



Wolfgang Schüssel, Chanceler  
da Áustria e Wolfgang Roth,  
Vice-Presidente do BEI



Ewald Nowotny, Vice-Presidente do BEI  
e Aleksander Kwasniewski, Presidente  
da República da Polónia



Philippe Maystadt, Presidente do BEI





## A nova parceria financeira euro-mediterrânica

Em 2002, os financiamentos nos 10 países parceiros da Bacia Mediterrânica (PPM) atingiram o montante recorde de 1 600 milhões (a que acrescem as actividades em Chipre e Malta - 220 milhões), confirmando a posição do Banco como um dos grandes obreiros do desenvolvimento económico e da estabilidade desta região.

Estes resultados foram atingidos apesar do contexto económico marcado pelo persistente clima de tensão política na região, e sublinham o papel determinante do Banco, impulsionado pelo Conselho Europeu de Barcelona (Março de 2002), na revitalização da parceria financeira euro-mediterrânica. Reunidos por iniciativa do BEI a 18 de Outubro de 2002 em Barcelona, os Ministros das Finanças dos 27 países da União e parceiros mediterrânicos (PPM) inauguraram a nova «Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e de Parceria» (FEMIP) do Banco.

### A FEMIP: nova dimensão dos financiamentos do BEI nos PPM

A FEMIP constitui um passo importante na cooperação financeira e económica da União com os PPM e tem como prioridades de acção:

- desenvolvimento do sector privado, quer se trate de empresas locais, quer de investimentos directos de empresas da União em PPM;
- assistência no processo de reforma e de privatização das economias dos PPM;
- apoio reforçado aos projectos de cooperação regional e aos investimentos de dimensão social: educação, saúde e ambiente;
- disponibilização de produtos financeiros inovadores, de capital de risco e de assistência técnica para a elaboração de projectos.

Uma das principais características da FEMIP é o reforço da participação dos PPM na implementação da ajuda prestada pelo BEI, através do Comité de Coordenação e de Diálogo Económico (CCDE), que reúne os

Estados-membros da União e os países mediterrânicos beneficiários duas vezes por ano. Além disso, o Banco estará mais próximo dos operadores e das autoridades locais dos PPM com a instalação de gabinetes na região, o primeiro dos quais abrirá no Cairo em 2003.

Logo em 2002 foram assinadas as primeiras operações com vista ao desenvolvimento do sector privado, principal prioridade da Facilidade: foram assim concedidas verbas para a uma fábrica de automóveis na Turquia e para as primeiras cimenteiras privadas na Tunísia e na Argélia. Foram ainda realizadas várias operações com capital de risco destinadas a reforçar os capitais próprios de empresas no Egipto e na Argélia.

Das operações aprovadas em 2002, 30% dizem respeito a projectos do sector privado.

O BEI implementa a FEMIP em estreita concertação com todos os actores do desenvolvimento da região: a Comissão Europeia, a comunidade bancária europeia e dos países beneficiários, e as instituições financeiras multilaterais (Banco Mundial, SFI, AfDB, etc.) e bilaterais de desenvolvimento.

Países mediterrânicos  
1998 - 2002: 6 000 milhões

(milhões de euros)





## Proporcionar condições para um desenvolvimento duradouro

Em 2002, os financiamentos em favor dos PPM caracterizaram-se pelo prosseguimento dos empréstimos para infra-estruturas de desenvolvimento económico (1440 milhões): produção e distribuição de energia, comunicações, gestão da água e ambiente. De assinalar neste contexto os empréstimos para a reconstrução de infra-estruturas da Grande Argel, na sequência das inundações de Novembro de 2001 (45 milhões), para o saneamento de 7 cidades marroquinas no norte e no centro do país (20 milhões), e para importantes redes de distribuição de energia eléctrica em Marrocos, na Tunísia e no Egipto.

Por outro lado, cerca de quarenta intermediários financeiros estabelecidos nos países parceiros da Bacia Mediterrânica recorreram a linhas de crédito do BEI para o financiamento de capitais próprios e projectos de investimento de PPM. Estes empréstimos globais (313 milhões em 2002) contribuem para o desenvolvimento do sector financeiro dos países interessados, na medida em

que reforçam as respectivas capacidades técnicas e financeiras; as actividades deste sector serão incentivadas no quadro da FEMIP.

No domínio das infra-estruturas com vocação social (205 milhões), o BEI financiou, em particular, a Universidade de Nicósia, em Chipre, a criação de 6 800 aulas de informática no ensino primário turco e um programa de reabilitação e de desenvolvimento de 18 hospitais na Síria.

### Países mediterrânicos Empréstimos concedidos em 2002

	(milhões de euros)	
	Total	dos quais capital de risco
Turquia	561	6
Tunísia	290	
Argélia	227	6
Egipto	225	25
Marrocos	140	
Síria	100	
Líbano	45	
<b>Mediterrâneo</b>	<b>1 588</b>	<b>37</b>

*Inauguração da FEMIP (da esq. para a dir.):*

*Pedro Soldeva, Comissário Europeu,  
Jordi Pujol, Presidente da Generalitat  
de Catalunya,*

*Rodrigo Rato, Ministro da Economia espanhol,  
e Philippe Maystadt, Presidente do BEI.*





## Cooperação com os outros países parceiros

Para além da sua actividade nos países parceiros mediterrânicos, o BEI participa activamente nas políticas de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento conduzidas pela União nos outros países terceiros.

### Balcãs ocidentais

Em 2002, o BEI reforçou os financiamentos, concedendo cerca de 425 milhões (320 milhões em 2001).

Os empréstimos destinaram-se essencialmente a projectos nos domínios dos transportes e da energia (380 milhões), para garantir a ligação das redes interregionais entre si e às redes da União e dos países candidatos, e para facilitar o restabelecimento da ligação das redes eléctricas, nomeadamente, da rede jugoslava à da União, com vista à coordenação do transporte de electricidade (UCTE).

No que se refere ao desenvolvimento do sector privado (45 milhões), de assinalar o primeiro empréstimo do Banco para apoiar o investimento estrangeiro directo (IED) nos Balcãs ocidentais (cimenteira de Lukavac), e o primeiro empréstimo global concedido para investimentos realizados por PME do sector privado e por autarquias locais na República Federativa da Jugoslávia.

De futuro, o BEI manterá este esforço, atraindo um pacote anual médio de

400 milhões a esta região. Embora prossiga os financiamentos de longo prazo necessários para a reconstrução e a renovação técnica das redes regionais e municipais de infra-estruturas de base (transportes, energia e ambiente), o Banco reforçará o apoio ao desenvolvimento do sector privado e contribuirá para o co-financiamento de acções específicas em prol da educação e da saúde.

### África, Caraíbas, Pacífico e PTU

Em 2002, o BEI interveio em 15 países e financiou um projecto regional, concedendo no total cerca de 298 milhões (dos quais 175 milhões a cargo de recursos orçamentais dos Estados-membros).

#### Balcãs

##### Empréstimos concedidos em 2002

(milhões de euros)

	Total
República Federativa da Jugoslávia	270
Croácia	130
Bósnia-Herzegovina	25
<b>Balcãs</b>	<b>425</b>

#### ACP - PTU

##### Empréstimos concedidos em 2002

(milhões de euros)

	Total	dos quais capital de risco
África	213	130
<i>Áustral e Oceano Índico</i>	50	20
<i>Ocidental</i>	48	28
<i>Central e Equatorial</i>	42	42
<i>Oriental</i>	40	40
<i>Regional África</i>	33	
Caraíbas	81	41
Pacífico	4	4
<b>ACP-PTU</b>	<b>298</b>	<b>175</b>



## Preparativos para a entrada em vigor da Facilidade de Investimento de Cotonou

A Convenção de Lomé, na qual se enquadravam os financiamentos do BEI nos países ACP, foi substituída pelo Acordo de Cotonou, em vigor a contar de 1 de Abril de 2003. Neste contexto, os Estados-membros confiaram ao BEI a responsabilidade de gerir nos próximos cinco anos uma Facilidade, dotada de 2 200 milhões, a que acrescem financiamentos a cargo de recursos próprios do Banco no valor máximo de 1 700 milhões. O principal objectivo é a luta contra a pobreza, pelo que será dada prioridade aos investimentos de pequena dimensão de iniciativa do sector privado, assim como aos projectos nos domínios da saúde e da educação. A Facilidade de Investimento foi concebida como um fundo «rotativo», ou seja, o produto dos reembolsos será reutilizado no financiamento de novos projectos.

O Banco já tomou todas as disposições de carácter administrativo e organizacional necessários para a implementação da Facilidade logo que a Convenção de Cotonou entre em vigor.

Destacam-se as verbas concedidas para:

- sistemas de controlo aéreo em diversas regiões de África e em Madagáscar (33 milhões), que reforçam a segurança da navegação entre a África e a Europa, e no Oceano Índico;
- a reabilitação e ampliação da rede urbana de electricidade de 8 cidades da Etiópia (25 milhões);
- o cabo telefónico submarino de fibras ópticas (22 milhões), que liga a Europa a diversos países costeiros africanos até à África do Sul, com ramificações para certos países encravados.

### África do Sul

Foram concedidos neste país 50 milhões, que se destinaram ao financiamento de projectos de pequena e média dimensão. Além disso, o BEI instaurou, em

nome da Comissão, uma Facilidade de capital de risco com uma dotação de EUR 50 milhões, que visa conceder financiamentos em capital ou quase-capital a empresários de comunidades até agora desfavorecidas. Este programa constitui uma das componentes mais visíveis da estratégia do Governo da África do Sul para o desenvolvimento sustentado do país.

### Países da América Latina e da Ásia

Em 2002, o BEI concedeu 84 600 milhões na América Latina e 89 600 milhões na Ásia, ou seja, um total de 174 200 milhões, com o objectivo prioritário de reforçar a presença internacional de empresas e de bancos europeus, através do apoio a projectos de interesse mútuo para a União e os países interessados.

### América Latina e Ásia Empréstimos concedidos em 2002

	(milhões de euros)
<b>América Latina</b>	<b>85</b>
Brasil	55
Regional (América central)	30
<b>Ásia</b>	<b>90</b>
Indonésia	50
Sri Lanka	40
<b>América Latina e Ásia</b>	<b>174</b>





## Grupo BEI apoia as PME

O Grupo BEI pode oferecer financiamentos a médio e longo prazo, por meio dos seus empréstimos globais, e capitais próprios, por meio de operações de capital de risco, cobrindo assim o conjunto de meios necessários ao desenvolvimento das PME numa economia em mutação.

Nos últimos cinco anos, a acção do Grupo BEI em favor das PME na União e nos países candidatos distribuiu-se como segue:

- 24 500 milhões na forma de empréstimos globais concedidos a 150 bancos parceiros;
- 2 500 milhões na forma de tomadas de participação em 184 fundos de capital de risco;
- 4 500 milhões na forma de garantias globais instauradas por meio de 95 bancos especializados.

Globalmente, as estimativas indicam que nos últimos cinco anos cerca de 275 000 PME beneficiaram da acção do Grupo BEI.

### Os empréstimos globais do BEI

Em 2002, o montante total dos empréstimos globais concedidos pelo BEI ascendeu a 12 200 milhões, dos quais cerca de 6 200 milhões se destinaram a investimentos realizados por aproximadamente 30 000 PME.

Aplicando a sua política de diversificação dos bancos intermediários, para melhor responder às necessidades das PME ou de certos sectores de actividade, o BEI canalizou empréstimos globais para regiões desfavorecidas (na Itália, no Reino Unido e nos *Länder* orientais da Alemanha), ou para domínios de intervenção específicos (como o ambiente, as economias de energia ou ainda o sector audiovisual), tendo também realizado várias operações de titularização complementares aos empréstimos globais clássicos na Itália, em Espanha e em França, e alargando assim o leque de meios de financiamento do sector bancário em favor das PME.

### O capital de risco do FEI

Desde 2000, o FEI centraliza o conjunto dos investimentos do Grupo BEI em fundos especializados em capital de risco, os quais

apoiam a criação e o desenvolvimento de empresas tecnológicas na União e nos países candidatos, disponibilizando capital de arranque («*early stage*»). O FEI gere igualmente recursos orçamentais mobilizados pela Comissão Europeia (programa plurianual para as empresas, «MAP 2001-2005») em favor do capital «semente» («*seed capital*»).

A estratégia de investimento do FEI articula-se em torno de três vertentes:

- apoio à alta tecnologia europeia (biotecnologias, novos materiais, convergência);
- intervenção em fundos que contribuam para o desenvolvimento regional da União (Europa do sul e países candidatos);
- apoio a fundos com actividades a nível «pan-europeu».

Em 2002, num mercado em nítida regressão, os compromissos do FEI ascenderam, contudo, a 471,5 milhões, em 36 operações. Simultaneamente, a situação extremamente difícil do sector de capital de risco na Europa, e em particular, a derrocada dos novos mercados bolsistas, levaram o Grupo





BEI a contabilizar perdas, na maioria, não realizadas, no valor de 132 milhões.

No final de 2002, a carteira global do FEI cifrava-se em 2 500 milhões, investidos em 184 fundos com actividades em toda a União e em certos países candidatos. Estas operações de capital de risco beneficiaram mais de 1 800 empresas (de um total de empresas de altas tecnologias estimado em 10 000 na União). O FEI tornou-se assim um vector muito importante da estratégia preconizada em Lisboa, com vista a obviar o atraso de competitividade da União, mais especificamente, nas tecnologias de ponta.

#### Garantias do FEI às PME

O segundo pilar das actividades do FEI é constituído pela garantia estruturada de carteiras de empréstimos bancários em favor das PME. Esta actividade permite que as instituições bancárias beneficiárias reforcem a respectiva capacidade de financiamento destes clientes-alvo, reduzam as respectivas perdas finais nas carteiras de PME e disponham de provisões para riscos. É parcialmente financiada com recursos orçamentais da União, por meio do programa plurianual para as empresas «MAP 2001-2005», que inclui uma «Facilidade de Garantia PME» dotada de quatro vertentes:

- garantia de PME em fase de crescimento,
- tomadas de participação,
- investimento em tecnologias da informação e da comunicação (TIC),

- microcrédito. Estas garantias cobrem créditos inferiores a 25 000 euros, e arrancaram de forma prometedora em 2002, permitindo que o FEI, através do apoio às PME de menores dimensões, desse um contributo significativo para a consecução do objectivo comunitário de coesão económica e social.

O FEI disponibiliza um conjunto completo de garantias: seguro-crédito e resseguro (no âmbito da «Facilidade de Garantia PME»), e ainda, com recursos próprios, melhoria do crédito através da titularização de *tranches mezzanine* ou «junior» de dívidas de PME. Nestas operações, que têm como base subjacente carteiras de empréstimos a PME, o FEI melhora a qualidade das obrigações emitidas, permitindo que os bancos intervenientes reforcem os meios financeiros disponibilizados em favor das PME.

Em 2002, os compromissos nas actividades de garantia ascenderam a 1 235 milhões (contra 958 milhões em 2002). A carteira de garantias PME do FEI ultrapassa os 4 500 milhões e abrange cerca de 95 intermediários financeiros. Estas operações têm um efeito de «alavanca» particularmente importante, tendo efectivamente permitido cobrir mais de 170 000 empresas (das quais mais de 100 000 no âmbito da «Facilidade de Garantia PME», gerida sob mandato da União).

#### Novas actividades de consultoria do FEI

Com vista a reforçar a interacção com a Comissão Europeia, o FEI acaba de concluir um acordo-quadro com a DG REGIO, para apoiar a política de engenharia financeira financiada pelos fundos estruturais. Esta nova actividade, que é conduzida independentemente da de garante ou de investidor, visa especificamente prestar apoio técnico a agências de desenvolvimento regional para a viabilização ou estruturação de fundos.



## Financiar as redes transeuropeias

*O BEI já comprometeu uma verba de 22 500 milhões para onze dos catorze projectos prioritários de transportes e sete dos dez projectos prioritários de energia*

A integração económica da União e dos seus futuros Estados-membros implica a existência de redes de comunicação, de transporte de energia e de informação eficazes. Desde 1993, na sequência de diversas iniciativas comunitárias que conduziram à identificação das redes transeuropeias (RTE) prioritárias na União e mais recentemente, nos países candidatos, o Banco tem vindo a reforçar a sua acção em favor das RTE e das infra-estruturas de interesse comunitário.

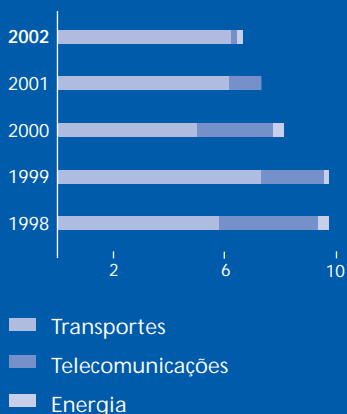
O Banco é a principal fonte de financiamento bancário destas grandes redes, para cuja realização contribui com um verdadeiro valor acrescentado financeiro, estando apto a:

- mobilizar nas melhores condições os vultosos montantes necessários para a sua realização;
- oferecer condições em termos de prazos (30 ou mais anos) adaptadas à grande dimensão dos projectos;
- disponibilizar financiamentos que, quando apropriado, podem ter uma forma estruturada que permite uma intervenção conjugada com a dos bancos comerciais e dos mercados de capitais.

O efeito catalisador das intervenções do Banco é ilustrado, nomeadamente, pelas inúmeras parcerias público-privadas apoiadas. Em 2002, as operações deste tipo cifraram-se em mais de 1 600 milhões, destinando-se ao financiamento de projectos de envergadura, como os metropolitanos de Londres e de Madrid (Metrosur), a construção de auto-estradas em Portugal, no Reino Unido e em Espanha, ou ainda o túnel de Rostock, na Alemanha.

Além disso, o BEI prossegue a colaboração com a Comissão Europeia, os Estados-membros e os países candidatos, com vista a identificar os projectos prioritários da rede transeuropeia no horizonte de 2020; esta cooperação traduziu-se, nomeadamente, na participação no Grupo de Alto Nível da rede transeuropeia de transportes, presidido por **Karel Van Miert**, antigo Vice-Presidente da Comissão.

**Redes transeuropeias  
1998 - 2002: 42 000 milhões**



### 7 500 milhões na União

Em 2002, os financiamentos em favor das RTE e de infra-estruturas de interesse comunitário no seio da União cifraram-se em 7 500 milhões, destinando-se a redes de transportes e de telecomunicações.

No domínio dos transportes, o grosso das verbas foi canalizado para:

- a construção de linhas ferroviárias de alta velocidade, tais como a ligação de Colónia a Francoforte e ao respectivo aeroporto (Alemanha), a ligação Milão-Bolonha (Itália), a LGV Leste-Europa (França), e as linhas entre Bruxelas,

Antuérpia, Liège e a fronteira alemã (Bélgica);

- a melhoria das redes de estradas e auto-estradas, nomeadamente, a renovação técnica do lanço Bolonha-Florença da auto-estrada A1 de ligação do norte da Itália ao *Mezzogiorno*, e a reconstrução do lanço Turim-Milão da auto-estrada A4; a construção de um viaduto com portagem em Millau (Aveyron), no eixo Paris-Béziers/Espanha, e a implementação de um programa de melhoria das condições de segurança da rede de auto-estradas francesa; a construção de lanços de auto-estradas no eixo Egnatia e



da circular a norte de Atenas, na Grécia; e a construção de uma auto-estrada entre Pamplona e Logroño, em Espanha;

- o reforço de infra-estruturas aeroportuárias em Madrid (Espanha), Munique, Düsseldorf, Dresden e Leipzig (Alemanha), Londres-Heathrow (Reino Unido), Amesterdão (Países Baixos), Porto (Portugal) e Billund (Dinamarca);
- a ampliação ou a modernização de infra-estruturas portuárias na Itália (uma vintena de portos), em Espanha (Barcelona e Valência), na Alemanha (Hamburgo e Bremerhaven) e na Dinamarca (Aarhus).

Foram igualmente concedidos 300 milhões para o financiamento de redes de telecomunicações móveis ou por satélite em Espanha, na Grécia e na Bélgica.

### 1 600 milhões nos países candidatos

Nos países candidatos à adesão, que se debatem com grandes problemas de desenvolvimento e de reabilitação das infra-estruturas, o Banco concedeu 1 600 milhões em 2002, que se destinaram a redes de transportes e de telecomunicações.

Foram financiados projectos de estradas e de auto-estradas (1 100 milhões na Polónia, Roménia, República Checa, Eslovénia, Hungria e Letónia), de infra-estruturas portuárias, aeroportuárias e de gestão do tráfego aéreo (270 milhões na Polónia; Bulgária e Chipre), e de transportes ferroviários e fluviais (100 milhões na Hungria e Roménia). Foram ainda concedidos 52 milhões para um projecto de rede de telefonia móvel na Eslovénia.

### Financiamentos do BEI em favor das redes transeuropeias de transportes e dos eixos rodoviários e ferroviários nos países candidatos 1993 - 2002

- Traçado das redes transeuropeias prioritárias (RTE)
- Seções destas RTE objecto de compromisso de financiamento
- Outras infra-estruturas e redes de interesse europeu financiadas
- Eixos rodoviários e ferroviários na Europa Central e Oriental
- Seções desses eixos objecto de financiamentos

- Rodo/Ferrovia
- Electricidade
- Gás
- Aeroporto
- Terminal intermodal
- Porto
- Gestão do tráfego aéreo
- Aproveitamento de jazigos de petróleo e de gás natural





*Um intermediário financeiro de primeira ordem*







# Actividade no mercado de capitais

Num ano caracterizado pela instabilidade e a volatilidade nos mercados financeiros, os investidores optaram cada vez mais por procurar um «porto seguro». A incontestável qualidade creditícia do BEI, aliada a uma abordagem estratégica dos mercados, permitiu que este reforçasse a sua posição como primeiro emitente de referência de nível soberano com *rating* AAA, atraindo investidores em todo o mundo. Os esforços envidados pelo Banco no sentido de ampliar a gama de produtos disponibilizados aos investidores foram recentemente reconhecidos pela comunidade financeira, como ilustra o facto de a revista Euroweek lhe ter conferido o prémio de «emitente mais inovador e mais aberto a novas estruturas e ideias».

## Emitente pan-europeu de nível soberano

Um dos pilares da estratégia de captação do Banco continua a ser o lançamento de emissões obrigacionistas líquidas de referência em EUR, USD e GBP, que permitem que o BEI continue a alargar a sua base de investidores, aumentando a penetração do mercado e reforçando a sua posição como emittente europeu de nível soberano. Paralelamente, o Banco tem dado uma atenção especial à transparência, reforçando-a no mercado primário pelo recurso a *bookbuildings* e à metodologia de *pot syndication*, e no mercado secundário, empenhando-se a fundo na promoção da negociação electrónica dos seus títulos.

O Banco tem também continuado a mostrar-se flexível e inovador, utilizando produtos adaptados às necessidades específicas dos investidores, numa vasta gama de divisas. Estas emissões obrigacionistas variam entre as emissões clássicas «*plain vanilla*» e os títulos estruturados complexos, adaptados às necessidades de determinados investidores. As emissões estruturadas incluem

em muitos casos diversos tipos de opções, assim como a indexação dos cupões e dos montantes de reembolso à evolução de índices bolsistas e cambiais. Estes produtos têm como único objectivo elevar o rendimento para os investidores a um nível máximo de qualidade creditícia. Apesar da complexidade destes produtos, a política de gestão do risco do BEI garante uma apreciação rigorosa e a cobertura adequada dos diferentes tipos de risco inerentes a estas emissões.

O Banco desempenhou um papel precursor no desenvolvimento de mercados domésticos, particularmente dos futuros Estados-membros, criando programas-quadro de emissões obrigacionistas domésticas e instituindo tesourarias, para permitir a concessão de financiamentos em divisa local. Esta estratégia fez com que o BEI fosse o primeiro emittente externo nestes países em 2002. Actualmente, o Banco concentra os seus esforços no aumento de emissões existentes para dimensões de referência com grande liquidez, prolongando os prazos de vencimento e propondo novos produtos aos investidores, sejam nacionais, sejam internacionais, interes-

## Emissões assinadas em 2002

(montantes em milhões de euros)

	Antes de swaps		Após swaps	
	Montante	%	Montante	%
EUR	13 305	35,0	22 441	59,0
DKK	54	0,1	135	0,4
GBP	6 180	16,3	6 227	16,4
SEK	0	0,0	362	1,0
<b>Total UE</b>	<b>19 539</b>	<b>51,4</b>	<b>29 165</b>	<b>76,7</b>
AUD	1 284	3,4	0	0,0
CZK	232	0,6	407	1,1
HKD	161	0,4	0	0,0
HUF	139	0,4	105	0,3
JPY	1 245	3,3	0	0,0
NOK	250	0,7	65	0,2
NZD	50	0,1	0	0,0
PLN	162	0,4	13	0,0
TWD	458	1,2	0	0,0
USD	14 383	37,8	8 231	21,7
ZAR	109	0,3	30	0,1
<b>Total não UE</b>	<b>18 473</b>	<b>48,6</b>	<b>8 851</b>	<b>23,3</b>
<b>TOTAL</b>	<b>38 012</b>	<b>100,0</b>	<b>38 016</b>	<b>100,0</b>



#### Saldo vivo de emissões EARN em 31 de Dezembro de 2002

Cupão %	Vencimento	Montante (milhões de EUR)
4,500	15.02.2003	3 360
5,250	15.04.2004	6 190
3,875	15.04.2005	5 000
3,500	15.10.2005	5 000
4,875	15.04.2006	5 000
4,000	15.01.2007	5 000
5,750	15.02.2007	2 578
5,000	15.04.2008	6 082
4,000	15.04.2009	4 538
5,625	15.10.2010	3 000
5,375	15.10.2012	5 000

50 748

sados nestas divisas. A primeira emissão de sempre euro-confluyente em Forints húngaros lançada pelo EIB recebeu o prémio 2002 da revista Euroweek, de melhor emissão obrigacionista na moeda de um mercado emergente.

O BEI é o maior emitente supranacional, e o seu papel como grande emitente internacional também é ilustrado pela diversificação das divisas que utiliza, tal como testemunha a sua forte presença nos mercados do Japão, da região Ásia/Pacífico (especialmente de Taiwan e da Austrália) e da África do Sul. O Banco grangeou uma excelente reputação e um grande reconhecimento entre os investidores nestas divisas.

Como banco público que se rege pelas políticas gerais da UE, o BEI empenhou-se sempre a fundo na divulgação e na comunicação aberta com a sua base de investidores. Em 2002, verificou-se um reforço desta tendência, tendo o Banco intensificado o diálogo com um leque o mais alargado possível de investidores, quer institucionais, quer de retalho. Neste contexto, foram efectuados frequentes *roadshows* a investidores nos principais centros financeiros do mundo.

#### Captação de fundos nos mercados

O montante total dos empréstimos obrigacionistas assinados, antes de *swaps*, ascendeu a 38 012 milhões, o que representa um aumento de 18% em relação ao ano anterior (32 305 milhões). A quota-parte das divisas da UE manteve-se estável, nos 51% (53% em 2001). A captação foi efectuada em 14 divisas diferentes (13 em 2001), por meio de 219 operações (148 em 2001).

Os fundos captados após *swaps* cifraram-se em 38 016 milhões, em 10 divisas (32 172 milhões em 2001). O recurso ao mercado de *swaps* representou 81% da captação total (30 763 milhões), reflectindo a necessidade de trocar divisas captadas para responder às necessidades em divisas de financiamento e para garantir a cobertura do risco de taxa de juro.

Após *swaps*, os fundos captados a taxa variável (32 491 milhões, contra 25 818 milhões em 2001) representaram 86% do total, enquanto a captação a taxa fixa decresceu de 6 354 milhões em 2001, para 5 525 milhões. A vida média das operações foi de 6,1 anos (6,3 anos em 2001).

No âmbito da gestão da dívida, o Banco procedeu a reembolsos antecipados de emissões obrigacionistas e a recompras de títulos no valor de 1 283 milhões (981 milhões em 2001).

**EUR: 13 305 milhões antes de swaps / / 22 441 milhões após swaps**

Em 2002, foram captados EUR 13 305 milhões por meio de 19 operações, que representaram 35% do programa anual global de captação do Banco.

O Banco prosseguiu a sua política de emissões de referência, lançando três emissões EARN (*Euro Area Reference Notes*) no âmbito da sua abordagem estratégica, guiada pelas melhores práticas do mercado, nomeadamente em termos de uma transparência total:

- um aumento de EUR 2 000 milhões da emissão EARN 3,875% com vencimento em Abril de 2005, (que atingiu o limiar



de EUR 5 000 milhões exigido para admissão na plataforma Euro-MTS);

- uma emissão de EUR 5 000 milhões com vencimento em Outubro de 2012, e
- uma emissão de EUR 5 000 milhões com vencimento em Outubro de 2005.

O lançamento destas emissões de referência integra-se na estratégia adoptada há muito pelo BEI, com vista a oferecer uma liquidez de nível soberano no mercado do EUR. No final de 2002, a curva das EARN incluía 11 emissões de referência com vencimentos de 2003 a 2012, que representavam um saldo vivo de mais de EUR 50 000 milhões. Toda a curva de rendibilidade se negociava na plataforma electrónica de negociação MTS, enquanto sete emissões de referência (no valor de EUR 37 000 milhões) eram transaccionadas na Euro-MTS. A negociação de EARN nesta plataforma é apoiada por acordos de *market making*, que garantem uma liquidez equiparável à dos títulos de dívida pública para os *dealers*, e *spreads* compra/venda mínimos para os investidores finais.

Em 2002, o Banco aumentou acentuadamente as emissões obrigacionistas em EUR, não-*benchmark*. No final do ano, o volume total de emissões neste mercado cifrava-se em EUR 1 305 milhões (em 16 operações), em comparação com EUR 398 milhões (em 10 operações) no ano anterior.

Durante o ano, o Banco lançou uma grande variedade de produtos «à

medida», para satisfazer as preferências específicas de investidores institucionais e de retalho.

As emissões clássicas (4 operações) atingiram o montante de EUR 775 milhões. Três destas emissões (EUR 525 milhões) foram colocadas na Itália, destinando-se em grande medida a investidores institucionais. A quarta foi lançada no mercado do Benelux, sendo também bem acolhida por pequenos investidores de retalho.

As emissões obrigacionistas estruturadas (12 operações) cifraram-se em EUR 530 milhões. No primeiro semestre, foram colocados junto dos investidores diversos produtos indexados a acções, enquanto no segundo semestre, a maior procura de produtos de taxa levou o Banco a concentrar as emissões nesse segmento de mercado, designadamente, nas obrigações de taxa variável, com cupão progressivo (*step-up*) e indexadas à inflação.

**USD: 12 920 milhões antes de swaps /  
/ 7 752 milhões após swaps**  
(em EUR: 14 383 milhões / 8 231 milhões)

Em 2002, foram captados USD 12 920 milhões (EUR 14 380 milhões) em 36 operações, o que constitui o maior volume anual de sempre do BEI em USD, que representou 38% da captação total. A estratégia do Banco para esta divisa continua a basear-se na criação de liquidez, na transparência e na diversificação de investidores, e abrange emissões obrigacionistas globais, emissões destinadas a certos tipos de investidores e operações estruturadas.

O Banco prosseguiu a estratégia de oferta regular de emissões de grandes dimensões em formato global. Foram lançadas três emissões obrigacionistas globais, cada uma no montante de USD 3 000 milhões, valor que corresponde à exigência actual de mercado para emissões de referência, de grande liquidez.





O saldo vivo das emissões globais desde Janeiro de 2001 monta a USD 17 000 milhões, e todas as emissões foram cotadas na Bolsa de Nova Iorque no decurso do ano.

As emissões em USD destinadas a mercados específicos (Japão, Ásia e Europa), que ascenderam a USD 2 800 milhões, contribuíram para diversificar a base de investidores do BEI em USD, e incluíram duas operações em eurodólares e três emissões de retalho «Uridashi», destinadas a investidores específicos. Além disso, foram lançadas emissões estruturadas no valor de USD 1 100 milhões, na sequência de uma procura determinada por parte de certos grupos de investidores.

Foi constituída uma curva de emissões de referência líquidas, com um saldo vivo de USD 28 000 milhões, e com preços de mercado cotados em tempo real por *market makers* nas páginas «EIBUSD01» da Reuters e «EIB<GO>» da Bloomberg. Além de promover a liquidez e a transparência dos preços negociados para as suas obrigações, o Banco incentiva a negociação dos seus títulos no mercado secundário, nas plataformas electrónicas *inter-dealers* e *dealer/investidor*.

**GBP: 3 872 milhões antes de swaps /  
/ 3 905 milhões após swaps**  
(em EUR: 6 180 milhões/6 227 milhões)

Desde a sua primeira emissão há 25 anos (Novembro de 1977), o BEI já lançou um volume total de emissões obrigacionistas em libras esterlinas de GBP 38 000 milhões, 70% do qual no período entre 1998 e 2002. No final de 2002, o saldo vivo de obrigações do BEI nesta divisa montava a GBP

33 000 milhões, representando mais de 11% do índice dos títulos no sector não «Gilt».

Em 2002, o BEI manteve a posição de maior emitente destes títulos no mercado da libra esterlina, com uma quota-parte de cerca de 6% do volume total de emissões obrigacionistas, graças a uma maior diversificação da base de investidores. A subscrição, por parte das companhias de seguros, de obrigações BEI em GBP no mercado primário continuou a regredir, representando 27% do volume total de emissões em GBP (contra 50% em 2000 e 40% em 2001), mas esboçam-se perspectivas de inversão desta tendência descendente em 2003. A proporção de investidores de retalho, de entidades públicas regionais e de grupos de gestão de investimentos na base de investidores aumentou, e a de investidores não britânicos passou de 17% para 25%. Esta diversificação foi conseguida em grande parte graças a um programa de retalho em libra esterlina lançado em finais de 2001. A emissão de retalho 5% 2006 foi aumentada durante o ano para GBP 1 300 milhões e foi lançada uma nova emissão de referência de retalho, 4,5% 2008, que foi aumentada para GBP 400 milhões. Um dos atractivos das emissões obrigacionistas de retalho do BEI é que são também subscritas por investidores institucionais e bancários. Este facto, aliado à existência de um grupo de dez bancos *dealer* de retalho, muitos dos quais disponibilizam preços nos respectivos sistemas automáticos de execução, e que estão todos empenhados em manter um mercado nas obrigações BEI, proporciona as condições necessárias para a optimização do mercado secundário. A procura proveniente de fundos de mercado





monetário e de bancos comerciais e centrais conduziu ao lançamento, no início do ano, de uma emissão obrigacionista a taxa variável (FRN) de GBP 1 000 milhões, com vencimento em 2005.

Através dos 10 bancos *dealers*, o BEI continuou a dar grande atenção à manutenção da liquidez das emissões institucionais de referência. Procedeu-se igualmente à reabertura de emissões de referência institucionais 2004, 2005, 2006, 2011, 2021, 2025 e 2032. Segundo a revista Euroweek, «Mantendo uma presença regular no mercado e intervindo através dos seus grupos de *dealers* disciplinados, especializados nos segmentos de referência e de retalho, o BEI confirmou a sua posição como «âncora» do mercado de títulos equiparáveis a «Gilts».

A emissão indexada à inflação foi complementada com uma nova emissão com vencimento em 2013, que foi utilizada para financiar um empréstimo ao sector empresarial numa base de *back-to-back*.

### Mercados europeus

No mercado da coroa norueguesa, o BEI realizou 6 operações, emitindo NOK 1 900 milhões (EUR 250 milhões), e no mercado da coroa dinamarquesa, lançou uma emissão a 8 anos de DKK 400 milhões (EUR 54 milhões), que representou 16% do mercado global de euro-obrigações em DKK.

### Mercados da Europa Central e Oriental

Nestes mercados, o BEI emitiu globalmente o contravalor de EUR 533 milhões em 20 operações, o que representa um aumento de 75% em relação ao ano anterior. As emissões distribuíram-se como segue: CZK 7 165 milhões (EUR 232 milhões) em 7 operações; HUF 34 000 milhões (EUR 139 milhões) em 6 operações; e PLN 591 milhões (EUR 162 milhões) em 7 operações. O BEI tornou-se assim em 2002 o maior emitente não nacional nos Países Candidatos da Europa Central (PCA) (ver caixa).

### Mercados da Ásia/Pacífico e da África do Sul

Globalmente, o Banco captou nos mercados da Ásia/Pacífico e da África do Sul o contravalor de EUR 3 300 milhões, que representa metade das operações e 9% do volume de fundos levantados em 2002.

O mercado asiático é também um pilar da estratégia de captação do BEI, que continua a beneficiar de uma sólida reputação na região, graças ao lançamento de emissões em divisas locais. Este contexto permite que o BEI diversifique os investidores e proponha produtos inovadores. A captação no Japão em 2002 incluiu operações estruturadas no âmbito do EMTN; uma operação estruturada inovadora do tipo «Samurai» (JPY 145 800 milhões, ou EUR 1 245 milhões, em 83 operações); e 6

emissões «Uridashi» em USD e AUD – para as quais 2002 foi um ano recorde. O Banco foi o maior emitente supranacional no mercado de Taiwan em 2002, com um volume de emissões de NTD 15 000 milhões (EUR 458 milhões), e ganhou o prémio da revista Euroweek, de melhor emissão obrigacionista do ano em TWD.

No mercado australiano, o Banco concluiu 3 operações «Uridashi» (EUR 1 290 milhões), a última das quais se elevou a AUD 1 285 milhões (EUR 718 milhões), e constituiu a maior operação supranacional de sempre em AUD, em termos de produto líquido. Esta emissão foi colocada junto de mais de 34 000 investidores de retalho no Japão. Foram ainda concluídas 2 operações em dólares de Hong Kong e uma em dólares da Nova Zelândia.

O BEI voltou a ser o maior emitente internacional no mercado do Rand sul-africano, tendo emitido globalmente ZAR 1 100 milhões (EUR 109 milhões), em 8 operações.



## Actividades nas divisas dos futuros Estados-membros da UE

Nos últimos anos, a captação de fundos para a concessão de financiamentos nas divisas locais dos futuros Estados-membros da União Europeia, assim como o desenvolvimento dos respectivos mercados de capitais, passaram a integrar as grandes prioridades do Banco. Desde 1996, ano em que lançou a primeira emissão obrigacionista numa das divisas dos países candidatos à adesão (CZK), o BEI tem tido uma acção pioneira e tem-se empenhado a fundo no desenvolvimento destes mercados.

Numa primeira fase, o Banco teve de se centrar na «preparação do terreno», ou seja, na discussão da regulamentação do mercado de capitais com as autoridades e as entidades intervenientes no mercado, a fim de definir formas efectivas de emissão, não só no mercado internacional, mas também nos maiores mercados obrigacionistas domésticos da região. Isto conduziu ao estabelecimento de programas-quadro de emissão de dívida na Hungria, na República Checa e na Polónia, entre 1997 e 2001.

A possibilidade de propor as suas obrigações a investidores nacionais e internacionais permitiu que **o BEI se tornasse o maior emitente na região (exceptuando os respectivos emitentes soberanos nacionais), com uma quota de mercado de quase 13%**. Em 2002, o Banco emitiu o contravalor de EUR 535 milhões em divisas dos futuros Estados-membros, o que representa um acréscimo do volume anual superior a 75% em relação a 2001. O crescimento global das emissões do Banco nestas divisas nos últimos quatro anos ultrapassou os 50% anuais.

A estratégia do Banco passou a ser o aumento das emissões existentes para garantir dimensões líquidas e de referência, o prolongamento e a melhoria das curvas de vencimentos e a disponibilização de novos instrumentos para os investidores neste segmento. Nesta conformidade, o Banco lançou em 2002 emissões obrigacionistas em PLN e CZK, a 15 e 20 anos, respectivamente. Em Junho, lançou ainda a primeira emissão de sempre euro-confluente de obrigações com cupão decrescente (*step-down*) em HUF, destinada a atrair investidores internacionais interessados em beneficiar de oportunidades de convergência HUF/EUR. Esta emissão mereceu o primeiro prémio da revista Euroweek para divisas de países emergentes em 2002.

Dado que o Banco tenciona expandir os seus financiamentos em divisa local na região, prevê-se para 2003 e anos seguintes um crescimento sustentado das emissões obrigacionistas em divisas locais. Paralelamente, o Banco estudará a possibilidade de expandir as actividades no mercado de capitais de outros países em vias de adesão.

### Emissões do BEI nos futuros Estados-membros (contravalor de EUR milhões)

	1998	1999	2000	2001	2002
Mercado doméstico	28	134	83	61	212
Mercado internacional	73	66	121	243	323
Total	101	200	204	304	535



## Cooperação com o sector bancário

O Grupo BEI mantém uma estreita colaboração com o sector bancário no que toca, quer à captação de fundos no mercado de capitais, quer à concessão de empréstimos, quer à tomada de participações, ou à prestação de garantias. Esta colaboração é indispensável para que possa:

- contribuir para o financiamento de um elevado número de projectos individuais de grandes dimensões, para o qual recorre, quando apropriado, à intermediação;
- obter garantias bastantes para o financiamento de projectos individuais privados, sendo um terço das mesmas prestado por bancos ou instituições financeiras;
- desempenhar, graças à sua experiência na avaliação de projectos que requerem financiamentos a longo prazo, o papel de catalisador da montagem de pacotes financeiros sólidos que permitam oferecer as melhores condições em termos de taxas de juro e de prazos;
- contribuir para financiar autarquias locais e promotores de projectos de infra-estruturas de pequena e média dimensão, concedendo empréstimos globais;
- apoiar, através dos empréstimos globais ou da intervenção do FEI, sua filial, as actividades das PME, melhorando a situação financeira destas e catalisando a participação do sector bancário nesta área.

A cooperação com o sector bancário abrange a gama diversificada e eficaz de produtos financeiros do Grupo.

Instrumento-chave do apoio a investimentos de pequena e média dimensão, os empréstimos globais do BEI são actualmente afectados por cerca de 280 bancos ou instituições financeiras na União e no exterior desta. Além de contribuir para o desenvolvimento do sector financeiro local, estes empréstimos permitem que as PME e as autarquias locais mantenham uma relação de proximidade com os bancos. Os empréstimos globais têm vindo a diversificar-se, tendo passado a abranger bancos regionais (para responder ao objectivo de apoio ao investimento nas zonas desfavorecidas) e intermediários mais especializados nos sectores do ambiente, audiovisual e de tecnologias de ponta, por exemplo.

O BEI assegura igualmente o co-financiamento de projectos de média e grande dimensão. Os seus financiamentos complementam os do sector bancário; são concedidos a longo prazo, podem tomar a forma de financiamentos estruturados ou intermediados, diversificam as fontes e formas de financiamento das empresas e favorecem assim o desenvolvimento destas. Empenhado em alargar o seu leque de produtos financeiros e em suprir as necessidades da economia, o BEI está a preparar, em concertação com os seus parceiros do sector bancário europeu, a definição de uma nova forma de financiamentos adaptados às empresas de média dimensão.

Em colaboração com o sector bancário, o BEI está apto a apoiar as estratégias de grupo dos grandes operadores, promovendo, seja projectos destes na

União, seja os seus investimentos directos em projectos realizados em países terceiros.

Por seu turno, o FEI também colabora directamente com o sector financeiro e bancário:

- quer no âmbito do financiamento de fundos de capital de risco, geridos em muitos casos por filiais especializadas de grupos de bancos;
- quer facultando instrumentos de garantia para carteiras de investimento de bancos em favor de PME.

Em ambos os casos, o FEI contribui com o seu *know-how* especializado e com um valor acrescentado significativo.



# *Funcionamento do Grupo BEI*







## Parceiro das instituições europeias, atento às aspirações da sociedade civil

Sendo um banco público que tem por missão promover os objectivos da União aplicando as directrizes de financiamento definidas pelos seus Governadores, no enquadramento das linhas gerais traçadas pelos Conselhos Europeus, o BEI pauta-se pela exigência de eficácia operacional e de comunicação efectiva, assim como pela vontade de colaborar com todas as partes interessadas nas suas actividades.

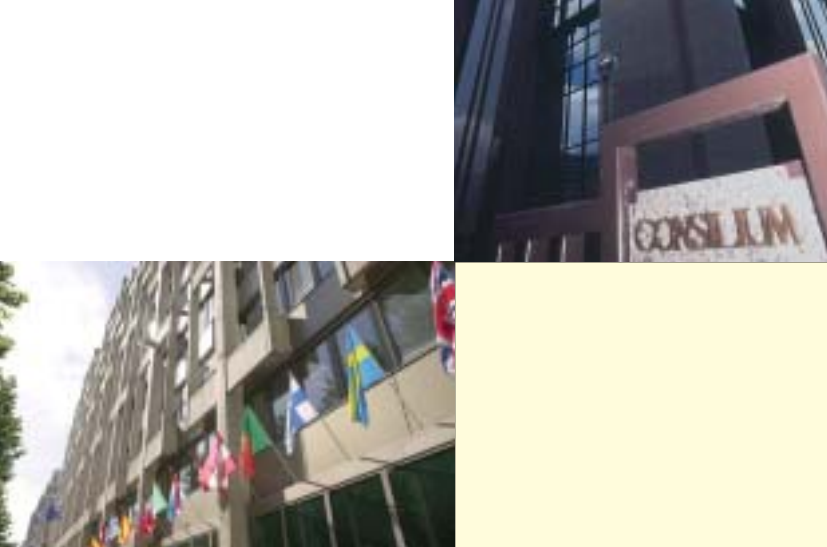
### Parceria com os representantes eleitos pelos cidadãos europeus

Em 2002, o BEI, em nome do Grupo, intensificou o diálogo com o **Parlamento Europeu**, participando em diversas reuniões de comissões parlamentares (particularmente, da Comissão Económica e Monetária); um dos pontos altos foi o exame do «Relatório Anual do Parlamento sobre o acompanhamento das actividades do BEI» na sessão plenária de Novembro de 2002, que contou com a participação do Presidente do Banco. A troca de pontos de vista entre os membros do Comité Executivo do Banco e os deputados permite, por um lado, que os representantes eleitos pelos cidadãos se familiarizem com a acção do Grupo, e por outro, que o Banco seja directamente informado sobre as prioridades do Parlamento Europeu. Esta relação contínua de trabalho permite igualmente que o Parlamento integre a acção do Grupo BEI no desenvolvimento das suas actividades legislativas, orçamentais e de controlo político, dando deste modo uma maior coerência à acção da União em prol dos seus cidadãos.

Ainda no âmbito desta estratégia de maior abertura, o BEI estreitou também as relações com o **Comité Económico e Social**, tirando partido do papel reforçado do Comité, tal como definido no Tratado de Nice, enquanto *interface* entre as instâncias da União e a sociedade civil. Na sequência da visita do Presidente e alguns Membros do CES ao Luxemburgo, o Presidente do Banco discursou em Janeiro perante a Assembleia Plenária do Comité.



*Philippe Maystadt  
na sessão plenária do Parlamento Europeu*



### Cooperação com o Conselho

Paralelamente, o Banco assiste regularmente ao **Conselho Ecofin** e às reuniões preparatórias, colocando à disposição o seu *know-how* sobre o financiamento do investimento.

Além disso, no exercício de 2002, o **Conselho Europeu** recorreu mais frequentemente ao Banco e ao FEI para assegurar a realização de novas acções comunitárias envolvendo instrumentos bancários ou financeiros. Tal aconteceu nos Conselhos de *Barcelona*, em Março, e de *Sevilha*, em Junho, em que o Grupo BEI foi convidado a intensificar a sua acção nos domínios do conhecimento e da inovação, e a reforçar a parceria financeira com os países parceiros mediterrânicos. Além disso, o Conselho Europeu de *Copenhaga*, realizado em Dezembro, para além de finalizar aspectos institucionais e jurídicos relativos à adesão de novos Estados-membros (incluindo as disposições relativas ao BEI), reiterou o papel determinante dos financiamentos do Banco na preparação dos países candidatos para a integração.

Por último, de referir que o **Conselho «Competitividade»** de Novembro, que reuniu os Ministros da Indústria e da Investigação da União, convidou o Grupo a reforçar a sua acção em favor das novas tecnologias, e mais especificamente, no domínio do reforço dos capitais próprios das empresas em fase de desenvolvimento.

### Reforço das relações com a Comissão Europeia

O Grupo BEI também reforçou as relações operacionais com a Comissão, a fim de melhorar a sinergia dos empréstimos do BEI com as intervenções do FEI e as dota-

ções orçamentais da União, na promoção de objectivos comuns. Foram definidos procedimentos mais eficazes de consulta da Comissão sobre as propostas de financiamento do Banco, e foram concluídos dois acordos importantes no domínio da protecção do ambiente e da sociedade da informação. Além disso, em 2002, o acordo relativo à complementaridade da acção das duas instituições no apoio à I&D na Europa teve resultados significativos, tal como testemunha a cooperação no contexto do 6º Programa-quadro Investigação e diversos co-financiamentos de projectos-chave neste sector.

Por outro lado, a prática de um encontro anual dos Comissários com o Comité Executivo do Banco está estabelecida, sendo complementada por uma quinzena de reuniões de trabalho, a nível de directores-gerais das duas instituições, destinadas a reforçar as relações operacionais nos domínios do desenvolvimento regional, da preparação dos países candidatos à adesão, da I&D, da promoção da competitividade das empresas, da sociedade da informação, da educação e da cultura (incluindo o sector audiovisual) e das políticas de ajuda e de cooperação com países terceiros, especialmente mediterrânicos e ACP.

Na sequência do acordo de gestão assinado em 2001, que confiou ao FEI a execução do orçamento operacional da DG-Empresas, através do «programa plurianual para as empresas» (MAP), o Fundo e a Direcção-Geral de Política Regional da Comissão concluíram um acordo para a prestação de serviços de consultoria pelo FEI no domínio do desenvolvimento das actividades de capital de risco e de prestação de garantias em favor de PME nas regiões menos favorecidas da União.

## Transparência e diálogo com a sociedade civil

Durante o exercício, o Banco intensificou a sua política de **transparência**, adoptando uma nova declaração de política de informação e novas normas de acesso público aos seus documentos, de acordo com os princípios e limites da legislação comunitária mais recente neste domínio (Regulamento CE 1049/2001). Reconhecendo que é legítimo que o público se interesse pelas suas actividades, o Banco propõe-se prestar o máximo de informações sobre o seu modo de funcionamento, as suas acções e os seus projectos, salvaguardando a necessária confidencialidade bancária das suas operações e a integridade do seu processo de tomada de decisões.

Neste enquadramento, o BEI desenvolveu significativamente o seu *site* Internet ([www.bei.org](http://www.bei.org)) que é objecto de mais de 850 000 consultas anuais e constitui o principal *interface* entre o Banco e o público, e passou a publicar no mesmo:

- As suas **estratégias operacionais**, divulgando o Plano de Actividades e as políticas sectoriais, em particular, as relativas ao ambiente, ao desenvolvimento sustentado, às alterações climáticas, à promoção das energias renováveis e à preparação dos países candidatos à adesão;
- a **lista de projectos em fase de apreciação**, sob reserva, se for caso disso, da protecção legítima da confidencialidade operacional do Banco e das suas contrapartes; é prestada uma

informação pormenorizada sobre os parâmetros de investimento de cada projecto publicado;

- **notas explicativas detalhadas** sobre os projectos já financiados que merecem uma atenção particular de certos grupos de interesse;
- explicações relativas aos **procedimentos e métodos de avaliação**, ao ciclo de um projecto e às estruturas de controlo dos investimentos financiados.

Este esforço de transparência é acompanhado de um *diálogo contínuo com a sociedade civil através das ONG*. Durante o ano, o Banco participou em quatro reuniões de iniciativa de ONG sobre aspectos sectoriais das suas actividades, e organizou uma mesa-redonda em Junho em Copenhaga, sobre a problemática do desenvolvimento sustentado e da reabilitação de situações de degradação que afectam a qualidade da água do Mar Báltico. Foi igualmente organizada uma sessão privada dirigida às ONG, sobre a nova política de informação do BEI. Paralelamente, o Banco prosseguiu a troca de correspondência e de informações com diversas organizações que lhe comunicaram as suas preocupações sobre certos projectos susceptíveis de serem financiados, e respondeu a vários pedidos de informações formulados por investigadores do meio académico, que realizam estudos sobre as suas actividades.



## A governação do BEI

O **Conselho de Governadores**, que se compõe dos ministros designados por cada um dos Estados-membros (em geral, os Ministros das Finanças), define as directivas gerais relativas à política de crédito a seguir, aprova as contas e o balanço anuais e decide dos finan-

ciamentos do Banco no exterior da União e dos aumentos de capital; também nomeia os membros do Conselho de Administração, do Comité Executivo e do Comité de Fiscalização.

O **Conselho de Administração** garante a conformidade da gestão do Banco com as disposições do Tratado e dos Estatutos e com as directivas gerais fixadas pelo Conselho de Governadores. Tem competência exclusiva para decidir da concessão de empréstimos e garantias e da captação de fundos. Os seus membros são nomeados pelo Conselho de Governadores, por um período de cinco anos (renovável), após designação pelos Estados-membros, e são responsáveis unicamente perante o Banco.

O Conselho de Administração compõe-se de 25 administradores titulares e 13 suplentes, dos quais, respectivamente, 24 e 12 são designados pelos Estados-membros; a Comissão Europeia nomeia um administrador titular e um suplente.

O **Comité Executivo** é o órgão executivo colegial e permanente do BEI que, sob a autoridade do Presidente e o controlo do Conselho de Administração, assegura a gestão dos assuntos correntes do Banco e recomenda a este Conselho decisões, garantindo subsequentemente a respectiva execução. O Presidente do Banco ou, no seu impedimento, um dos Vice-Presidentes, preside às reuniões do Conselho de Administração. Os membros do Comité Executivo são responsáveis unicamente perante o Banco, e são nomeados pelo Conselho de Governadores, por proposta do Conselho de Administração, por um período de seis anos.

O **Comité de Fiscalização** compõe-se de três membros, nomeados pelo Conselho de Governadores por um período de três anos, renovável. Em 1996, o Conselho de Governadores criou o cargo de Observador junto deste Comité, com um mandato de um ano. O Comité de Fiscalização é um órgão independente, directamente responsável perante o Conselho de Governadores, e a sua missão consiste em garantir que as operações do Banco são realizadas em conformidade com os procedimentos estipulados nos Estatutos e verificar a regularidade dos livros do Banco. O Conselho de Governadores toma conhecimento do Relatório do Comité e das suas conclusões, assim como da Declaração do Comité, antes de aprovar o Relatório Anual adoptado pelo Conselho de Administração.



*Conselho de Administração*



*Comité de Fiscalização*





# Efeito do alargamento na governação do BEI

A integração, prevista para 2004, de dez novos Estados-membros no seio da União Europeia, e a perspectiva, num futuro próximo, da adesão de outros dez, exigem a alteração dos Estatutos do BEI, com vista ao Tratado de Adesão. Para tal, o Conselho Ecofin adoptou, na sessão de 5 de Novembro de 2002, medidas no sentido de adaptar o capital e a governação do Banco. As alterações dos Estatutos constarão de um Protocolo anexo ao Tratado de Adesão.

**Capital:** independentemente do aumento de capital (de 100 para 150 milhões de euros), decidido pelo Conselho de Governadores em Junho de 2002, que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2003, prevê-se que os dez novos Estados-membros subscrivam o capital do Banco quando da entrada em vigor do Tratado de Adesão, prevista para 1 de Maio de 2004. À semelhança do que acontece com os Estados-membros actuais, a quota de cada país corresponderá ao respectivo peso económico na União Europeia (expresso em termos de PNB) e a parcela realizada do capital subscrito será paga segundo um calendário de oito prestações.

Nessa data, a Espanha elevará a sua quota do capital subscrito para cerca de 10% do mesmo, mediante uma contribuição financeira complementar, que obedecerá igualmente a um calendário de oito prestações.

No total, o capital subscrito do Banco ascenderá, uma vez todas estas operações concluídas, a mais de 163 700 milhões de euros.

**Conselho de Governadores:** cada novo Estado-membro terá um representante no Conselho de Governadores. Em geral, este é o Ministro das Finanças.

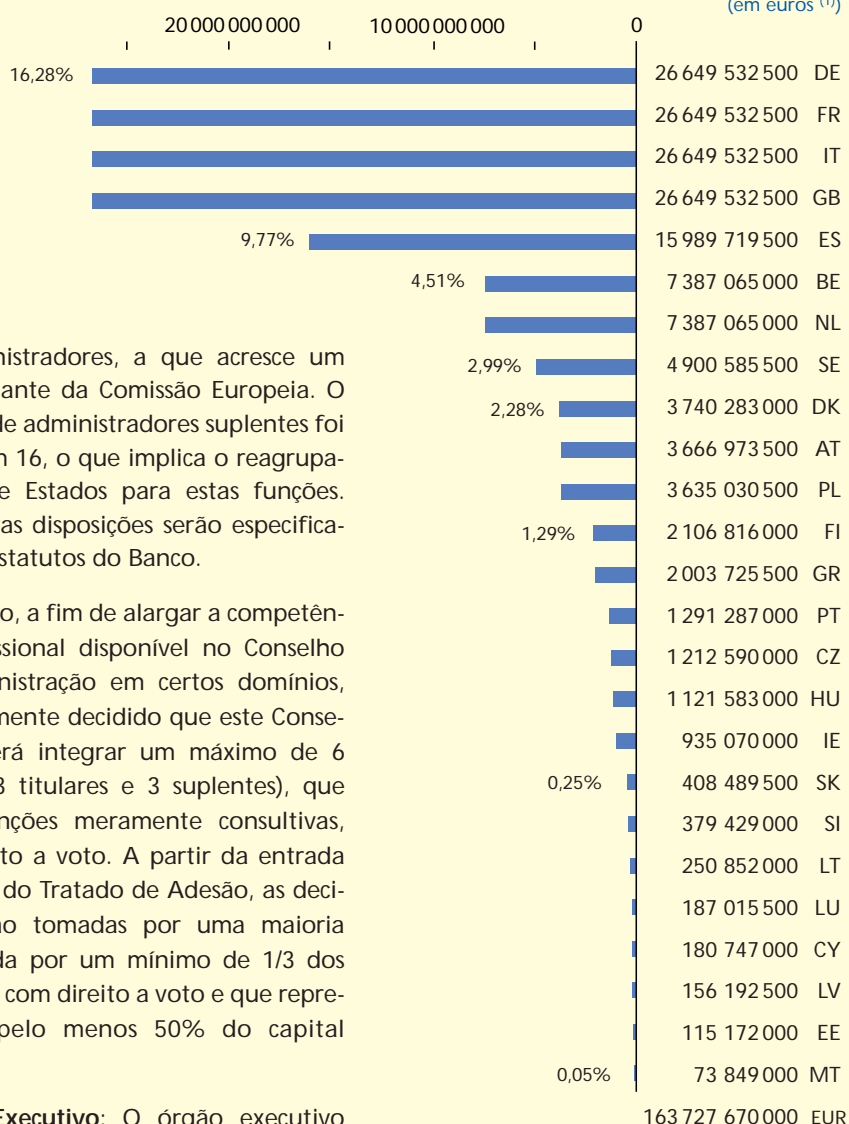
**Conselho de Administração:** para que esta instância mantenha uma dimensão compatível com a eficácia exigida, decidiu-se que a contar da adesão dos 10 novos Estados-membros, cada Estado-membro terá direito a um só administrador titular, o que perfaz um total de

25 administradores, a que acresce um representante da Comissão Europeia. O número de administradores suplentes foi fixado em 16, o que implica o reagrupamento de Estados para estas funções. Estas novas disposições serão especificadas nos Estatutos do Banco.

Além disso, a fim de alargar a competência profissional disponível no Conselho de Administração em certos domínios, foi igualmente decidido que este Conselho poderá integrar um máximo de 6 peritos (3 titulares e 3 suplentes), que terão funções meramente consultivas, sem direito a voto. A partir da entrada em vigor do Tratado de Adesão, as decisões serão tomadas por uma maioria constituída por um mínimo de 1/3 dos membros com direito a voto e que representem pelo menos 50% do capital subscrito.

**Comité Executivo:** O órgão executivo permanente do Banco terá mais um Vice Presidente, passando, por conseguinte, o número de membros de 8 para 9. Este aumento já tem em conta a segunda fase de alargamento.

Repartição do capital do BEI após 2004  
(em euros <sup>(1)</sup>)



(1) Os montantes relativos aos novos Estados-membros são indicativos e baseiam-se nos valores previsionais para 2002 publicados pela Eurostat (New CRONOS).



## O Comité Executivo do BEI

*A Direcção colegial do Banco e as competências de supervisão dos seus membros*

### Philippe MAYSTADT

Presidente do Banco e do Conselho de Administração

### Wolfgang ROTH

Vice-Presidente



- Financiamentos na Alemanha e nos países da Europa Central candidatos à adesão
- Política de Informação e Comunicação
- Política de Igualdade de Oportunidades
- Extensão da sede e Edifícios
- Vice-Governador do BERD



- Relações com o Parlamento Europeu
- Questões institucionais
- Relatórios do Controlador Financeiro e da Auditoria Interna
- Risco de crédito
- Recursos humanos
- Governador do BERD

### Ewald NOWOTNY

Vice-Presidente



- Financiamentos na Áustria, Suécia, Finlândia, Islândia, Noruega, Eslovénia, Turquia e Balcãs; relações com a Suíça
- Estudos económicos e financeiros
- Redes Transeuropeias
- Iniciativa da «Dimensão Nórdica»
- Ligação com o NIB

### Peter SEDGWICK

Vice-Presidente



- Financiamentos no Reino Unido
- Protecção do ambiente
- Relações com as ONG; Abertura e Transparência
- Riscos operacionais
- Auditoria interna e externa e relações com o Comité de Fiscalização
- Relações com o Tribunal de Contas Europeu
- Membro do Conselho de Administração do FEI

### Isabel MARTÍN CASTELLÁ

Vice-Presidente



- Financiamentos em Espanha, Portugal, Bélgica e Luxemburgo, América Latina e Ásia
- Financiamentos estruturados e novos instrumentos de crédito; Titularização
- Assuntos jurídicos (aspectos operacionais)
- Ligação com o BIAD e o BASD

### Michael G. TUTTY

Vice-Presidente



- Financiamentos na Irlanda, Dinamarca e Países Baixos, Países ACP e África do Sul
- Facilidade de Investimento do Acordo de Cotonou
- Avaliação dos projectos e avaliação *ex-post* das operações
- Desenvolvimento regional
- Empréstimos globais (aspectos gerais)
- Formação profissional
- Ligação com o BAD

### Gerlando GENUARDI

Vice-Presidente



- Financiamentos na Itália, Grécia, Chipre e Malta
- Orçamento
- Contabilidade e controlo do risco financeiro
- Tecnologias da Informação

### Philippe de FONTAINE VIVE CURTAZ

Vice-Presidente



- Financiamentos em França, Magrebe, Machereque, Israel, Gaza e Cisjordânia
- Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e de Parceria (FEMIP)
- Políticas financeiras
- Mercado de capitais
- Tesouraria

# Estrutura dos serviços

(em 1 de Junho de 2003)

## Secretariado-Geral e Assuntos Jurídicos

Eberhard UHLMANN  
Secretário-Geral e  
Director-Geral dos Assuntos Jurídicos



*Implementação das  
Recomendações de Auditoria,  
Desenvolvimento do Grupo BEI*  
Helmut KUHRT

*Gestão dos Recursos e  
Alargamento*  
Ferdinand SASSEN

## Administração-Geral

Rémy JACOB  
Secretário-Geral adjunto



## Informação e Comunicação

Henry MARTY-GAUQUIÉ  
Director

*Comunicação e Transparência*  
Adam McDONOUGH  
Patricia TIBBELS

*Relações com os Média*  
Paul Gerd LÖSER

*Gestão dos Arquivos e da Informação*  
Marie-Odile KLEIBER  
Directora associada  
Duncan LEVER

*Compras e Serviços administrativos*  
Manfredo PAULUCCI de CALBOLI

*Gestão do Ambiente de Trabalho*  
Agustin AURÍA

*Tradução*  
Georg AIGNER  
Kenneth PETERSEN

## Serviços Jurídicos para os Financiamentos

Alfonso QUEREJETA  
Director



*Política Operacional e Balcãs*  
Roderick DUNNETT  
Director associado

*Alemanha, Áustria  
e Países de Adesão*  
Gerhard HÜTZ  
Gian Domenico SPOTA

*Espanha e Portugal*  
Ignacio LACORZANA

*Reino Unido, Irlanda  
e Países Nórdicos*  
Patrick Hugh CHAMBERLAIN

*Bélgica, França, Luxemburgo  
e Países Baixos*  
Pierre ALBOUZE

*Grécia, Itália, Chipre e Malta*  
Manfredi TONCI OTTIERI

*Mediterrâneo (FEMIP), África, Caraíbas  
e Pacífico (Facilidade de Investimento  
Cotonou), América Latina e Ásia*  
Regan WYLIE-OTTE

## Assuntos Inter-institucionais e Gabinete de Bruxelas

Dominique de CRAYENCOUR  
Director

Jack REVERSADE

## Serviços Jurídicos para os Assuntos Comunitários e Financeiros

Marc DUFRESNE  
Director

Jean-Philippe MINNAERT  
(Delegado para a protecção de dados)  
Luigi LA MARCA

*Aspectos jurídicos dos Assuntos  
financeiros*  
Nicola BARR

*Aspectos jurídicos dos Assuntos  
institucionais e de Pessoal*  
Carlos GOMEZ DE LA CRUZ

*Planeamento, Orçamento e Controlo*  
Theoharry GRAMMATIKOS  
Director associado

*Assuntos institucionais*  
Evelyne POURTEAU  
Directora associada

Gudrun LEITHMANN-FRÜH

*Órgãos directivos, Secretariado  
e Protocolo*  
Hugo WOESTMANN  
Director associado

## Direcção de Financiamentos – Europa

Terence BROWN  
Director-Geral



## Reino Unido, Irlanda e Países Nórdicos

Thomas BARRETT  
Director

*Banca, Indústria e Titularização*  
Bruno DENIS

*Infra-estruturas económicas*  
Tilman SEIBERT  
Alain TERRAILLON

*Financiamentos estruturados e Operações de  
Parceria público-privada (PPP)*  
Cheryl FISHER

*Países Nórdicos*  
Michael O'HALLORAN

## Espanha e Portugal

-----  
Director

*Espanha - PPP, Infra-estruturas,  
Sector social e urbano*  
Christopher KNOWLES  
Marguerite McMAHON

*Espanha - Banca, Indústria, Energia  
e Telecomunicações*  
Fernando de la FUENTE

Gabinete de Madrid  
Alberto BARRAGÁN

*Portugal*  
Rui Artur MARTINS

Gabinete de Lisboa  
David COKER

## França e Benelux

Laurent de MAUTORT  
Director

*França - Infra-estruturas*  
Jacques DIOT

*França - Empresas*  
Constantin SYNADINO

*Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos*  
Henk DELSING  
Director associado

### Alemanha e Áustria

Joachim LINK

Director

Gabinete de Berlim

Franz-Josef VETTER

### Alemanha (Länder do norte)

Peggy NYLUND GREEN

### Alemanha (Länder do sul)

Heinz OLBERS

### Áustria e Energia e Telecomunicações na Alemanha

Paolo MUNINI

### Países de Adesão

Emanuel MARAVIC

Director

### Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia e Euratom

Grammatiki TSINGOU-PAPADOPETROU

Directora associada

### Hungria e Eslovénia

Cormac MURPHY

### Bulgária e Roménia

Rainer SAERBECK

### República Checa e Eslováquia

Jean VRLA

### Investimento estrangeiro directo (IED) e Instituições financeiras

-----

### Itália, Grécia, Chipre e Malta

Thomas HACKETT

Director

### Infra-estruturas

Bruno LAGO

Director associado

### Energia Ambiente e Telecomunicações

Alexander ANDO

### Indústria e Banca

Jean-Christophe CHALINE

### Grécia

Themistoklis KOUVARAKIS

### Apoio às Operações

Jürgen MOEHRKE

Coordenador Operacional principal

### Coordenação

Dominique COURBIN

Richard POWER

### Informática e Informações relativas à Gestão

Thomas FAHRTMANN

### Apoio às Actividades de Financiamento

Ralph BAST

### Direcção de Financiamentos – Outros países

Jean-Louis BIANCARELLI

Director-Geral



### Serviço de Consulta para Questões económicas de Desenvolvimento

Daniel OTTOLENGHI

Economista-Chefe para o Desenvolvimento

Director associado

### Mediterrâneo / FEMIP e Balcãs

Antonio PUGLIESE

Director

### Apoio ao Sector privado

Alain SÈVE

### Magrebe

Bernard GORDON

### Machereque e Médio Oriente

Jane MACPHERSON

Gabinete do Cairo

Luigi MARCON

### Turquia e Balcãs

Patrick WALSH

### África, Caraíbas e Pacífico (Facilidade de Investimento Cotonou)

Martin CURWEN

Director

### Recursos e Desenvolvimento

Jacqueline NOËL

Directora associada

David WHITE

### Gestão Carteira e Estratégia

Flavia PALANZA

### África Ocidental e Sahel

Gustaaf HEIM

### África Central e Oriental

Tassilo HENDUS

### África Austral e Oceano Índico

Justin LOASBY

### Caraíbas e Pacífico

Stephen MCCARTHY

### América Latina e Ásia

Claudio CORTESE

Director

### América Latina

-----

### Ásia

Matthias ZÖLLNER

### Direcção de Finanças

René KARSENTI

Director-Geral



### Mercado de Capitais

Barbara BARGAGLI PETRUCCI

Directora

### Euro

Carlos FERREIRA DA SILVA

### Europa (não-Euro) e África

David CLARK

### América, Ásia e Pacífico

Carlos GUILLE

### Relações com os Investidores e Marketing

-----

### Tesouraria

Anneli PESHKOFF

Directora

### Gestão da Liquidez

Francis ZEGHERS

### Gestão Activo/Passivo

Jean-Dominique POTOCKI

### Gestão da Carteira

James RANAIVOSON

### Previsão e Execução das Operações

Francisco de PAULA COELHO

Director

### Back-Office Empréstimos

Gianmaria MUSELLA

### Back-Office Tesouraria

Yves KIRPACH

### Back-Office Emissões

Erling CRONQVIST

### Desenvolvimento de Sistemas, Base de Dados Empréstimos

Charles ANIZET

### Política financeira, GAP e Gestão do Risco de Mercado

Alain GODARD

Henricus SEERDEN

### Coordenação

Henri-Pierre SAUNIER



## Direcção de Projectos

Michel DELEAU  
Director-Geral



Mateo TURRÓ CALVET  
Director associado  
(Redes Transeuropeias e PPP)

*Estudos Económicos e Financeiros*  
Eric PERÉE

## Apoio à Estratégia

Patrice GÉRAUD  
Director

Gianni CARBONARO  
(Desenvolvimento Regional)

## Políticas de financiamento

Guy CLAUSSÉ  
Guy BAIRD (Gabinete de Bruxelas)

*Gestão da Qualidade*  
Angelo BOIOLI

*Gestão dos Recursos*  
Daphné VENTURAS  
Directora associada

*Unidade «Ambiente»*  
Peter CARTER

## Infra-estruturas

Christopher HURST  
Director

Andrew ALLEN  
(Infra-estruturas gerais e Gestão dos Recursos)

Axel HÖRHAGER  
(Balcãs e Coordenação económica)

## Transportes ferroviários e rodoviários

José Luis ALFARO  
John SENIOR

## Transportes aéreos, marítimos e urbanos

Philippe OSTENC  
(Concursos públicos)

*Água e Saneamento*  
José FRADE

## Energia, Telecomunicações e Gestão dos Resíduos

Günter WESTERMANN  
Director

## Electricidade, Energias renováveis e Gestão dos Resíduos

René van ZONNEVELD  
Heiko GEBHARDT

## Petróleo e Gás

Gerhardus van MUISWINKEL  
François TREVoux

## Telecomunicações e Tecnologias da Informação

Carillo ROVERE

## Indústria e Serviços

Constantin CHRISTOFIDIS  
Director

Bernard BÉLIER

## Recursos primários e Ciências da Vida

Jean-Jacques MERTENS  
John DAVIS

## Indústria transformadora e Serviços

Hans-Harald JAHN  
Pedro OCHOA  
Peder PEDERSEN

## Capital Humano

Stephen WRIGHT

## Risco de Crédito

Pierluigi GILBERT  
Director-Geral



## Operações

Per JEDEFORS  
Director

## Infra-estruturas e Indústria

Stuart ROWLANDS

## Risco Financiamento de Projectos

Klaus TRÖMEL

## Banca

Georg HUBER

## Metodologias de Risco de Crédito e Produtos Derivados

Luis GONZALEZ-PACHECO

## Coordenação e Apoio

Elisabeth MATIZ

## Recursos Humanos

Andreas VERYKIOS  
Director



## Orçamento e Integração horizontal

Zacharias ZACHARIADIS  
Director associado

## Recursos

Jörg-Alexander UEBBING  
Director associado

## Desenvolvimento

Luis GARRIDO

## Administração

Michel GRILLI

## Avaliação das Operações

Horst FEUERSTEIN  
Director



Juan ALARIO GASULLA  
Guy BERMAN  
Campbell THOMSON

## Controlo Financeiro

Patrick KLAEDTKE  
Controlador Financeiro



Luis BOTELLA MORALES  
Controlador Financeiro adjunto

Contabilidade Grupo BEI

## Contabilidade terceiros e Despesas administrativas

Frank TASSONE

## Controlo interno e Controlo de Gestão

Antonio ROCA IGLESIAS

## Tecnologias da Informação

Luciano DI MATTIA  
Director



## Sistemas existentes e Apoio às Aplicações

Joseph FOY  
Ernest FOUSSE

## Projectos informáticos para Actividades de Base

(Luciano DI MATTIA)

## Empréstimos, Publicações intranet/Internet, Orçamento

Simon NORCROSS

## Infra-estruturas

José GRINCHO

## Auditoria Interna

Peter MAERTENS  
Chefe da Auditoria Interna



Siward de VRIES

## Conselheiro do Comité Executivo

para questões de estratégia e de negociação do Grupo BEI  
Francis CARPENTER  
Director-Geral



## Economista-Chefe

Alfred STEINHERR



## A governação do FEI

O FEI é dirigido e administrado pelos três órgãos seguintes:

- a Assembleia Geral de todos os accionistas (BEI, União Europeia e 28 bancos), que se reúne uma vez por ano, pelo menos;
- o Conselho de Administração, que se compõe de sete membros e decide das operações do Fundo;
- o Director-Geral, que assegura a gestão do Fundo em conformidade com as disposições dos Estatutos e com as orientações e os princípios gerais adoptados pelo Conselho de Administração.

As contas do Fundo são fiscalizadas por um Conselho Fiscal composto por três auditores nomeados pela Assembleia Geral.

### Estrutura do FEI



**Francis CARPENTER** **Director-Geral**

Thomas MEYER *Chefe da Divisão Gestão e Acompanhamento dos Riscos*

**Robert WAGENER** **Secretário-Geral**

Marc SCHUBLIN *Chefe da Divisão Coordenação institucional e estratégica e Consultor*

Maria LEANDER *Chefe da Divisão Serviços Jurídicos*

Susanne RASMUSSEN *Responsável dos Recursos Humanos e da Gestão do Ambiente de Trabalho*

Frédérique SCHEPENS *Responsável da Contabilidade e da Tesouraria*

**John A. HOLLOWAY** **Director das Operações**

Jean-Philippe BURCKLEN *Chefe da Divisão Operações de Capital de Risco 1 (Bélgica, Espanha, França, Grécia, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido)*

Kim KREILGAARD *Chefe da Divisão Operações de Capital de Risco 2 (Alemanha, Áustria, Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Portugal, Suécia e Países Candidatos)*

Alessandro TAPPI *Chefe da Divisão Garantias*

Frank TASSONE *Chefe da Divisão Desenvolvimento Produtos e Estudos*



# Funcionamento do Grupo BEI

Em 2002, o Banco continuou a desenvolver iniciativas no sentido de promover a transparência, a responsabilização e a modernização das suas políticas de pessoal. A delegação nas diferentes Direcções de responsabilidades de ordem orçamental e de gestão de pessoal foi implementada com êxito.

## Organização e estruturas

Em Agosto de 2002, Eberhard Uhlmann foi nomeado Secretário-Geral e Director-Geral dos Assuntos Jurídicos do Banco. A estrutura organizacional da instituição continuou a ser adaptada em 2002, em particular, para ter em conta novos elementos estratégicos (FEMIP, Facilidade de Investimento para os países ACP e alargamento da União Europeia num futuro próximo); e precisamente, na perspectiva desse alargamento, o Banco começou a recrutar cidadãos dos futuros Estados-membros. O organigrama apresentado nas páginas 47 e seguintes é regularmente actualizado no *site* Internet do BEI ([www.eib.org](http://www.eib.org)).

## Representação do Pessoal

Em 2001, o Colégio de Representantes do Pessoal (RP) prosseguiu com o Departamento de Recursos Humanos (RH) a tarefa de desenvolvimento e actualização do Regulamento do Pessoal. Os trabalhos são conduzidos recorrendo a grupos de trabalho sobre questões importantes para o pessoal e para a

Direcção, destacando-se as apreciações anuais e as remunerações. Grande parte dos debates entre RH e os RP realiza-se também no âmbito de Comitês paritários, como o Comité para a saúde, a higiene e as condições de trabalho, que desenvolveu muito as suas actividades em 2002, a fim de alinhar a prática do Banco com a boa prática europeia em termos de prevenção e de protecção dos trabalhadores.

## Igualdade de oportunidades

O Comité Paritário para a Igualdade de Oportunidades para homens e mulheres (COPEC) vela pela execução da política de igualdade de oportunidades em termos de carreiras, recrutamento, formação e infra-estruturas sociais. No ano passado, o Comité deu um grande contributo para a implementação com êxito da nova política do Banco em matéria de férias parentais, tendo também evidenciado a necessidade de recrutar um consultor para orientar a gestão das carreiras, proposta que mereceu um acolhimento favorável.

## Desenvolvimento individual

O Banco continuou a investir no desenvolvimento das competências e qualificações do seu pessoal. Em 2002, foi instaurado um programa trienal de desenvolvimento das competências de gestão, centrado na gestão de pessoal e adaptado às necessidades dos dirigentes do Banco.

## Protecção dos dados de carácter pessoal

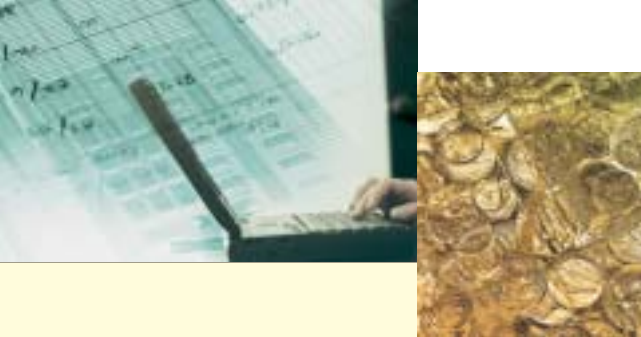
Em 2002, o Banco nomeou um delegado para a protecção de dados pessoais, em conformidade com as disposições do Regulamento CE relativo à protecção dos direitos individuais em matéria de processamento de dados de carácter pessoal.

## Efectivos

No final de Dezembro de 2002, os efectivos do Banco ascendiam a 1 113, o que representa um acréscimo de 1,5 % em relação ao ano anterior.

## O FEI

A 1 de Agosto de 2002, o Conselho de Administração do FEI nomeou Francis Carpenter Director-Geral. A estrutura do Fundo passou a articular-se em torno de três divisões principais: Gestão do Risco, Secretariado-Geral e Operações. O FEI conta actualmente com 59 efectivos (um acréscimo de 18 % em relação a 2001), a maioria dos quais afectada às operações.



# Balanço sintético do Grupo BEI

Balanço em 31 de Dezembro de 2002 (em milhares de euros)

ACTIVO	31.12.2002	PASSIVO	31.12.2002
1. Caixa e disponibilidades junto dos bancos centrais e dos serviços de cheques postais	16 100	1. Débitos para com instituições de crédito: a) à vista b) a prazo ou com pré-aviso	0 1 182 667 1 182 667
2. Efeitos públicos admissíveis para refinanciamento junto dos bancos centrais	1 530 847	2. Débitos representados por títulos: a) certificados e obrigações em circulação b) outros	193 210 101 898 071 194 108 172
3. Créditos sobre instituições de crédito: a) à vista b) outros créditos c) empréstimos	118 433 9 947 089 92 414 790 102 480 312	3. Outros passivos a) bonificações de juros recebidas antecipadamente b) credores diversos c) diversos d) conta de ajustamento dos contratos de swap de divisas e) valores de substituição negativos	289 954 1 036 001 46 994 3 549 176 5 446 623 10 368 748
4. Créditos sobre clientes: * Empréstimos * Provisões específicas	103 506 204 - 175 000 103 331 204	4. Contas de regularização	3 896 429
5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo: a) de emitentes públicos b) de outros emitentes	3 376 557 6 057 698 9 434 255	5. Provisões para riscos e encargos a) Fundo de Pensões b) provisões para garantias prestadas	517 755 42 357 560 112
6. Acções e outros títulos de rendimento variável	888 286	6. Quotas minoritárias	217 732
7. Imobilizações incorpóreas	9 848	7. Capital a) subscrito b) não exigido	100 000 000 - 94 000 000 6 000 000
8. Imobilizações corpóreas	117 645	8. Reservas consolidadas a) fundo de reserva b) reservas suplementares c) reserva especial complementar	10 000 000 3 571 323 750 000 14 321 323
9. Outros activos: a) a receber a título de bonificações de juros desembolsadas antecipadamente no quadro do SME b) devedores diversos c) valores de substituição positivos	282 1 088 401 13 594 484 14 683 167	9. Fundos afectados ao instrumento de financiamento estruturado	250 000
10. Contas de regularização	2 185 440	10. Fundos afectados às operações de capital de risco	1 499 091
		11. Fundo para riscos bancários gerais após afectação dos resultados	1 105 000
		12. Resultados do exercício a) antes de afectação b) afectação do período para o fundo para riscos bancários gerais	1 192 830 - 25 000 1 167 830
	234 677 104	Resultado a afectar	1 167 830
			234 677 104





## Resultados do exercício de 2002

O resultado do exercício de 2002, antes da dedução de provisões, reduções de valor e resultados excepcionais (dedução feita das quotas minoritárias), cifrou-se em EUR 1 347 milhões, e o resultado líquido, em EUR 1 168 milhões.

No ano em apreço, a dotação para o Fundo para Riscos Bancários Gerais cifrou-se em EUR 25 milhões, enquanto as operações de capital de risco, as reduções de valor e a provisão para garantias prestadas ascenderam a EUR 144 milhões.

Globalmente, as actividades de tesouraria geraram um resultado líquido de 747 milhões, o que representa uma rentabilidade global média de 3,58% para o exercício.

Os gastos gerais administrativos e a amortização de activo mobilizado e imobilizado ascenderam a 225 milhões em 2002.

Tendo em conta a norma contabilística internacional 39 (IAS 39), o apuramento pelo seu justo valor dos produtos derivados teve um impacto negativo de EUR 324 milhões sobre os fundos próprios do Grupo BEI. Este impacto negativo corresponde à contabilização em

31/12/2002 de operações de *swap* de taxas de juro realizadas entre 1999 e 2002, para cobrir a posição global de taxas de juro do Banco. No entanto, estes produtos não cumprem certos critérios específicos da Norma IAS 39, que permitem a aplicação da contabilidade de cobertura.

## Gestão do Risco

O Banco adapta os sistemas internos de gestão do risco para ter em conta a evolução do contexto económico e regulamentar, alinhando-os continuamente com as melhores práticas do sector. Neste contexto, adoptou sistemas de controlo e de informação para os principais tipos de riscos inerentes às suas actividades:

- Os princípios orientadores no que toca ao **risco operacional** baseiam-se nas recomendações pertinentes de «Basileia II», e definem as responsabilidades no que respeita à medição e à gestão do risco operacional nos diferentes departamentos do Banco, assim como os processos de gestão aplicáveis.
- As directrizes do BEI em matéria de **risco de crédito** estabelecem os níveis de qualidade creditícia, tanto para mutuários, como para garantes de

financiamentos, assim como para operações de tesouraria e com produtos derivados. O Banco está igualmente a introduzir um sistema de gestão do risco de crédito para todo o Grupo, tendo em conta a exposição gerada pela actividade de prestação de garantias às PME da sua filial, o Fundo Europeu de Investimento.

- Os **riscos de mercado** são identificados no contexto dos sistemas de gestão do risco de mercado e de gestão activo/passivo (GAP). As directrizes aplicáveis a esta gestão definem um processo estruturado que permite identificar, medir, gerir e prestar contas dos riscos.

São dadas informações mais pormenorizadas sobre a gestão do risco no Relatório Financeiro do Grupo BEI de 2002 (página 72), assim como no CD-ROM anexo à presente brochura.



## BEI prepara a sua ampliação

A acção do BEI em prol da consecução dos objectivos da União Europeia traduziu-se num crescimento considerável das suas actividades nos últimos anos. Para suprir as necessidades imediatas de espaço de escritórios, o Banco comprou recentemente um novo edifício, situado em Hamm, próximo do centro da cidade do Luxemburgo e a uma dezena de minutos da sede do Kirchberg, no qual se podem instalar cerca de 160 pessoas.

Alguns serviços do Banco foram transferidos para este novo edifício, que dispõe de um serviço regular de *navettes* de ligação à sede. Os serviços de correio, telefones e os endereços postais não foram alterados.

O edifício de Hamm foi concebido de forma a prever um serviço de emergência em caso de crise e a garantir a continuidade das actividades.

### Concurso internacional para um novo edifício

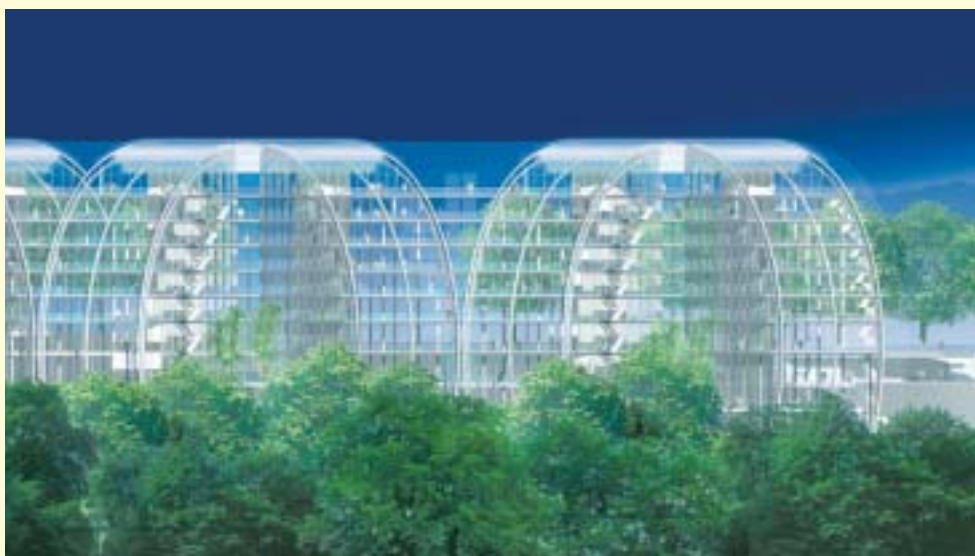
Por outro lado, o BEI prevê construir uma segunda extensão situada no terreno da sua sede actual.

Na sequência de um concurso internacional de arquitectos – *designers* lançado a 12 de Julho de 2001, o júri, presidido por Ricardo Bofill, seleccionou de entre 56 propostas o projecto apresentado pelo grupo «Ingenhoven Overdiek Architekten – Werner Sobek Ingenieure».

O novo edifício, realizado numa *tranche* única a entregar a partir de meados de 2006, terá uma capacidade de aproximadamente 800 postos de trabalho e será construído com materiais de qualidade, segundo as novas normas AQA (Alta Qualidade Ambiental). Será funcional e acolhedor, e será dada uma atenção especial aos aspectos ambien-

tais. A construção respeitará as normas mais exigentes nos diferentes domínios, quer se trate da integração na paisagem, quer da escolha de materiais, quer das economias de energia, quer da limitação dos inconvenientes durante a construção para o público em geral e para os ocupantes dos edifícios adjacentes.

O BEI não precisará de utilizar imediatamente todo o edifício, pelo que já contactou certas instituições com vista a alugar as áreas de que não necessite a curto e a médio prazo.





# Projectos que podem ser financiados pelo Grupo BEI

Na **União Europeia** e nos **países candidatos** à adesão, o Grupo BEI financia projectos que contribuam para um ou mais dos seguintes objectivos:

- reforço da coesão económica e social e criação de uma actividade económica que contribua para o desenvolvimento económico das regiões menos favorecidas;
- promoção de investimentos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade baseada no conhecimento e na inovação;
- melhoria das infra-estruturas e serviços nos domínios da educação e da saúde, componentes cruciais do capital humano;
- desenvolvimento de infra-estruturas de interesse comunitário no domínio dos transportes, das telecomunicações e do transporte de energia;
- preservação do ambiente e melhoria da qualidade de vida, nomeadamente, mediante recurso às energias renováveis ou alternativas;

- segurança do abastecimento energético por meio da utilização racional, do aproveitamento dos recursos endógenos ou da diversificação das importações;
- melhoria da situação financeira das PME, contribuindo para o respectivo desenvolvimento através de:
  - empréstimos globais a médio e longo prazo do BEI;
  - operações de capital de risco do FEI;
  - garantias do FEI em favor das PME.

**Nos países parceiros**, o BEI participa na implementação das políticas da União em matéria de ajuda e de cooperação para o desenvolvimento, concedendo empréstimos a longo prazo a cargo de recursos próprios, empréstimos subordinados e capitais de risco a cargo de recursos orçamentais dos Estados-membros ou da União Europeia, intervindo:

- nos países mediterrânicos, para promover os objectivos da Parceria Euro-mediterrânica, que visa criar uma união aduaneira até 2010;

- nos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), na África do Sul e nos PTU, para o desenvolvimento das infra-estruturas de base e do sector privado local;
- na América Latina e na Ásia, regiões em que financia certos tipos de projectos de interesse mútuo para a União e os países interessados;
- nos países dos Balcãs, nos quais contribui para os objectivos do Pacto de Estabilidade centrando as intervenções, não só na reconstrução das infra-estruturas de base e no financiamento de projectos de âmbito regional, mas também no desenvolvimento do sector privado.

BEI agradece aos promotores e fornecedores pelas fotografias publicadas no presente relatório:

Ciudad de las Artes y las Ciencias de Valencia (capa), Metro do Porto, SA (capa), Getty Images (capa, p.8, 9, 12, 13, 16, 17, 21, 25 e 52), Scottish and Southern Energy plc (capa), Imedia (p.3, 4, 5, 9, 40, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53 e 55), Konrad Scheel (p.5, 46, 47, 48, 49 e 53), Sade (p.6), CE (p.7, 9, 20, 21, 22, 25, 41, 42, 43), Deutsche Bahn AG (p.8), Sue Cunningham (p.9, 20, 22 e 38), Digital Vision (p.10, 12, 14, 15, 28, 29 e 31), Tramvia Metropolitana, SA (p.12), Barcs Endre (p.13 e 23), Storebaelt (p.13), Cern (p.14, 28 e 29), Vamed Standortentwicklung und Engineering GmbH & Co KG (p.15), Universitat d'Alicante (p.16), Masterfile (p. 17, 19, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 39), Photodisc (p.18), ASM Brescia (p.18), Alexander Wulz (p.23), Electricity Authority of Cyprus (p.24), Generalitat de Catalunya (p.25), Bowin Power Company Ltd (p.27), Songas Ltd. Tanzânia (p.27), Corinth Pipeworks S.A. (p.28), Flughafen Dresden GmbH (p. 30), La Vie du Rail (p.31), Warnoquerung GmbH & Co. KG (p.31), NYSE (p.35), PE (p.41), Blitz (p. 50) e Ingenhoven Overdiek Architekten – Werner Sobek Ingenieure (p.54).

## Endereços do Grupo BEI

### Banco Europeu de Investimento

100, boulevard Konrad Adenauer  
L-2950 Luxembourg  
Tel. (+352) 43 79-1  
Fax (+352) 43 77 04

Internet : [www.bei.org](http://www.bei.org)  
E-mail : [info@bei.org](mailto:info@bei.org)



### *Departamento de Assuntos Inter-institucionais Gabinete de Bruxelas:*

Rue de la Loi 227  
B-1040 Bruxelles  
Tel. (+32-2) 235 00 70  
Fax (+32-2) 230 58 27

### *Departamento de Financiamentos na Itália, Grécia, Chipre e Malta:*

Via Sardegna 38  
I-00187 Roma  
Tel. (+39) 06 47 19-1  
Fax (+39) 06 42 87 34 38

### *Gabinete de Atenas :*

364, Kifissias Ave & 1, Delfon  
GR-152 33 Halandri/Athens  
Tel. (+30) 21 06 82 45 17  
Fax (+30) 21 06 82 45 20

### *Gabinete de Berlim:*

Lennéstraße 11  
D-10785 Berlin  
Tel. (+49-30) 59 00 47 90  
Fax (+49-30) 59 00 47 99

### *Gabinete de Lisboa :*

Avenida da Liberdade, 144-156, 8º  
P-1250-146 Lisboa  
Tel. (+351) 213 42 89 89  
Fax (+351) 213 47 04 87

### *Gabinete de Londres :*

2 Royal Exchange Buildings  
London EC3V 3LF  
Reino Unido  
Tel. (+44) 20 73 75 96 60  
Fax (+44) 20 73 75 96 99

### *Gabinete de Madrid :*

Calle José Ortega y Gasset, 29  
E-28006 Madrid  
Tel. (+34) 914 31 13 40  
Fax (+34) 914 31 13 83

### *Gabinete do Cairo :*

6 Boulos Hannah Street  
Dokki, Giza (Cairo)  
Egipto  
Tel. (+20-2) 762 00 77

### Fundo Europeu de Investimento

43, avenue J.F. Kennedy  
L-2968 Luxembourg  
Tel. (+352) 42 66 88-1  
Fax (+352) 42 66 88-200

Internet : [www.eif.org](http://www.eif.org)  
E-mail : [info@eif.org](mailto:info@eif.org)



**Fundo  
Europeu de  
Investimento**





ISSN 1725-3594